

Ramagem estava na origem da operação

Flávio Bolsonaro foi

alertado antes sobre

a "Furna da Onça"



Divulgação

Debate com governadores

Dino faz alerta: "Se Bolsonaro puder, fechará as instituições democráticas" "Tenho a convicção de que se o Bolsonaro puder, ele fechará as instituições democráticas, ele intervirá nos estados, ele fechará o Congresso e o Supremo. Não creio que ele conseguirá, mas seria ingênuo nós não considerarmos que é isso que ele quer. Efetivamente, esse é o sonho do Bolsonaro, e é o pesadelo no Brasil", alertou o governador Flávio Dino (MA), no quarto evento do ciclo de debates "Diálogos, Vida e Democracia". Os governadores Helder Barbalho (MDB), do Pará, Flávio Dino (PCdoB), do Maranhão, Renato Casagrande (PSB), do Espírito Santo, e Rui Costa (PT), da Bahia, defenderam a democracia e o uso da ciência no combate ao coronavírus, no evento realizado sábado (16) pelo Observatório da Democracia, com o tema "Pandemia, crise e Pacto Federativo". As falas foram mediadas por Manoel Dias, presidente da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, do PDT. **Página 2**

HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.757 20 a 26 de Maio de 2020

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Relato de Marinho esclarece obsessão pela troca da PF-RJ

O empresário Paulo Marinho, ex-aliado de Jair Bolsonaro, em entrevista à Folha de S. Paulo, conta que entre o primeiro e o segundo turno das eleições foi procurado pelo filho do presidente, Flávio Bolsonaro. Flávio afirmou que soube com antecedência que a Operação Furna da Onça, que atingiu Queiroz, seria deflagrada. Disse também que soube antes através de um delegado da Polícia Federal que era simpatizante da candidatura de Jair Bolsonaro. O empresário afirmou que tem provas, e denunciou que está sendo ameaçado de morte. **P. 3**

Lara Resende defende emissão de moeda e investimento público



Para aumentar o constrangimento, ministros tiveram que assistir o desfile das bandeiras de EUA e Israel

Bolsonaro arrasta 11 ministros a ato com alguns gatos pingados

Em sua cruzada para aumentar o número de infectados pelo coronavírus no Brasil, Jair Bolsonaro promoveu mais uma aglomeração no domingo 17 em frente ao Palácio do Planalto. Segundo a jornalista Flávia Said, do site Congresso em Foco, já é a 63ª violação ao isolamento social do presidente. O ato muito fraco fez Bolsonaro baixar um pouco a bola e economizar nas agressões aos outros poderes. Todos usavam máscaras. Os organizadores fingiam que o ato não era a favor do golpe, tentando, sem sucesso, impedir a presença das faixas contra o STF e o Congresso Nacional. Para ocupar a rampa, Bolsonaro carregou 11 ministros, que tiveram que assistir o desfile das bandeiras dos Estados Unidos e de Israel. A padronização das faixas foi feita pelo partido "Aliança pelo Brasil" - que ainda não conseguiu as assinaturas necessárias para o seu registro. **Página 3**

"Estamos diante de uma crise inusitada, que pode se transformar numa catástrofe econômica e social. Para se ter chance de superá-la, é preciso compreender que o Estado pode, e deve, investir de forma produtiva, afirma o economista André Lara Resende, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo. Segundo o ex-diretor do Banco Central e ex-presidente do BNDES, diante do drama da pandemia, "só restam duas alternativas: a emissão de moeda ou o aumento da dívida. Lara defende que "no mundo contemporâneo, moeda e dívida pública não são tão diferentes como se pretende". **Página 2**

S.Paulo inicia testagem em massa e terá feriadão para frear Covid-19

O governo de SP anunciou na sexta-feira (15) um novo programa de testagem em massa para coronavírus. Serão 2 milhões de testes rápidos, com o objetivo de localizar os focos de contaminação para poder isolar e tratar os infectados. Já a Câmara da cidade de São Paulo autorizou a Prefeitura a antecipar feriados. A cidade poderá ter um feriadão de seis dias, começando nesta quarta-feira, dia 20. **Pág. 4**

Mais de 8 milhões de pessoas aptas e aprovadas não receberam auxílio

Oito milhões e 300 mil pessoas com o cadastro aprovado e liberado pela Dataprev para receber o auxílio emergencial ainda não receberam. A CEF diz que paga até o fim do mês. **P. 5**

Estudos na China e França vetam o uso de cloroquina para tratar Covid

Mais dois novos estudos, um efetuado na França e outro na China, desaconselham o uso de hidroxiquina, uma droga derivada da cloroquina, para combater a pandemia de Covid-19, tanto nos casos graves quanto nos mais leves. "Tomados em conjunto, esses resultados não apoiam o uso da hidroxiquina como tratamento de rotina para pacientes com Covid-19", afirmou em um comunicado a revista médica britânica BMJ [British Medical Journal], que publicou os dois estudos. **Página 7**

Tem que vender logo a porra do BB, diz Guedes

A Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb) vai notificar extrajudicialmente o ministro da Economia, Paulo Guedes, por sua declaração, segundo informou Vicente Nunes, em sua coluna no Correio Braziliense, na quinta-feira (15).

A declaração do ministro de Bolsonaro, é mais uma das revelações da reunião ministerial do dia 22 de abril, que está no inquérito aberto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar as denúncias do ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, contra Jair Bolsonaro.

Na reunião, segundo a ANABB, Guedes afirmou que é preciso “vender logo a porra do Banco do Brasil”.

“A ANABB vem, veementemente, REPU- DIAR o infeliz pronunciamento realizado por Vossa Senhoria o qual não condiz com a cordialidade e a urbanidade que o cargo exige e que vem tão somente, de forma imprudente, enfraquecer um dos maiores legados que o Brasil possui nos tempos modernos: o banco de todos os brasileiros. Tal postura revelou-se despropositada e indecorosa não somente para com a instituição e todo o funcionalismo do Banco do Brasil e, sobretudo, para com todo o povo brasileiro”, afirma a entidade.

A associação ressalta, ainda, que a fala do ministro irritou muito os funcionários, que cobraram da entidade uma ação efetiva, pois estão trabalhando pesado, sobretudo neste momento de pandemia do novo coronavírus, com agências abertas e operações de crédito importantes neste momento.

“Uma empresa não existe sozinha. O Banco do Brasil é a soma do trabalho e da dedicação de todos os seus funcionários. Causa perplexidade a fala em um momento grave para o país e para a sociedade brasileira. A fala desconsidera o trabalho de todos os funcionários no contexto da pandemia, que estão atendendo a população em todo o país, correndo riscos, mas sem abdicar de exercer seu papel. É um trabalho essencial, para os cidadãos e para a economia”, frisa a Anabb.

“Precisamos de políticas de Estado contundentes”, diz presidente da Abimaq

João Carlos Marchesan, presidente da ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), afirmou que para amenizar o cenário de “uma crise econômica sem precedentes gerada pela pandemia da Covid-19”, “precisamos de políticas de Estado contundentes”.

Até recentemente várias entidades empresariais, entre elas a ABIMAQ, davam o aval para políticas neoliberais de estado mínimo que, por conta dos cortes de investimentos públicos, dos financiamentos estatais e arrocho nos salários, provocaram uma profunda desindustrialização no país. Agora, diante do desastre agravado pela pandemia, chegam a conclusões opostas ao que pensavam antes.

“Temos um problema sério que é o desemprego, que já era alto e vai aumentar ainda mais, o que aprofundará a crise. Para amenizar este cenário precisamos de políticas de Estado contundentes”, afirmou Marchesan em editorial no site da entidade.

Para o dirigente industrial, “retomar o investimento público por meio de uma política de Estado junto com o capital privado é uma das formas de estimular a demanda”.

“O investimento de hoje é o crescimento de amanhã. Facilitar

e ampliar o capital de giro para as empresas de todos os portes, com custos compatíveis, para serem financiadas durante a travessia dessa pandemia é outro caminho para amenizar a situação das fabricantes dos setores”, defendeu. “Nos próximos 20 anos, precisamos investir R\$ 10 trilhões em infraestrutura, para que a indústria supere os gargalos pontuais”.

“Sabemos que a crise impactará as famílias e empresas distintamente. No nosso setor, já observamos segmentos menos afetados, como os que atuam no mercado agropecuario, de embalagens, de alimentos, farmacêutico e plásticos, e outros bastante afetados, que são os que trabalham com as indústrias de bens duráveis”, relatou o empresário.

Segundo Marchesan, a ABIMAQ tem acompanhado de perto e diariamente os impactos da Covid-19 e das medidas de afastamento social e econômicas “para realizar sugestões concretas e mitigar os problemas da pandemia que não sabemos nem quanto tempo vai durar e nem a profundidade que será”.

Leia a matéria na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/precisamos-de-politicas-de-estado-contundentes-diz-presidente-da-abimaq/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Mária, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Bolsonaro sabota o combate à Covid, denunciam governadores



O Observatório da Democracia reúne fundações partidárias. O debate foi coordenado por Manoel Dias do PDT

Lara Resende: é urgente rever proibição do BC emitir moeda para financiar o Tesouro

“Estamos diante de uma crise inusitada, que pode se transformar numa catástrofe econômica e social. Para se ter chance de superá-la, é preciso compreender que o Estado pode, e deve, investir de forma produtiva, afirma o economista André Lara Resende, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo.

Ao defender essas teses, Resende se soma a um conjunto de economistas que, como ele, reavaliaram suas posições sobre o estado mínimo e os programas de restrição fiscal.

Segundo o ex-diretor do Banco Central e ex-presidente do BNDES, “diante do drama da pandemia, nem os mais renitentes defensores do equilíbrio fiscal ainda sustentam que o Estado não pode aprovar despesas sem fontes tributárias”. Para isso, é urgente superar falsas premissas sobre políticas monetária e fiscal e rever a proibição de o Banco Central emitir moeda para financiar o Tesouro.

O artigo, sob o título “Crise exige superar equívocos sobre emissão de moeda e dívida pública, diz André Lara”, pode ser lido na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/lara-resende-defende-emissao-de-moeda-e-investimento-publico/>

Lara Resende afirma que diante do drama da pandemia, “qualquer pessoa de bom senso concorda que o Estado deve gastar o que for necessário na saúde e na ajuda assistencial aos que estão sem emprego, sem renda e sem alternativas”.

Segundo ele, com a arrecadação em queda, “o momento não permite o aumento dos impostos, o que agravaria a dramática recessão que enfrentamos”.

Diante desse quadro, “só restam duas alternativas: a emissão de moeda ou o aumento da dívida”, afirma.

“No mundo contemporâneo, moeda e dívida pública não são tão diferentes como se pretende. São ambas passivos do setor público”, diz.

“A moeda contemporânea, sem valor intrínseco, é apenas um certificado de dívida, sem prazo de vencimento, ou seja, uma perpetuidade, que não paga juros, mas essencialmente um certificado de dívida pública. A principal diferença é institucional: a moeda é um passivo do Banco Central, por isso não é computada como dívida pública. Esta é a razão da polêmica em torno da monetização dos déficits públicos”.

“Tanto o Estado quanto o sistema bancário criam moeda. A moeda é um passivo do Estado, mas o sistema bancário tem permissão para criar um passivo que, em última instância, é do Estado. Os bancos que têm conta no Banco Central podem criar moeda e obrigá-lo a sancionar essa expansão”.

“Enquanto a moeda criada pelo sistema bancário financia primordialmente gastos privados, a moeda criada pelo Banco Central poderia financiar os gastos públicos, mas não é o que ocorre. A proibição de que o Banco Central

financie o Tesouro obriga o Estado a emitir dívida sempre que gasta”.

Resende defende que “em vez de o Tesouro ser forçado a emitir dívida, vendê-la para o sistema bancário, que por sua vez vai se financiar no Banco Central, o próprio Banco Central poderia financiar o Tesouro, com reservas remuneradas à taxa básica, sem necessidade de emissão de dívida”.

“Durante décadas, sobretudo sob a batuta de Milton Friedman e seus discípulos da Universidade de Chicago, sustentou-se que os bancos centrais não poderiam emitir mais base monetária do que o crescimento nominal da renda, sob pena de provocar inflação”.

“Moeda é emitida tanto pelo Banco Central como pelo sistema bancário. A emissão de moeda pelo Banco Central, por determinação legal, não pode financiar o Tesouro, mas é permitida para expandir as reservas dos bancos, que então expandem a moeda e financiam o Tesouro”.

“No final, a expansão da moeda é a mesma, mas há uma correspondente expansão da dívida, e é o sistema bancário que decide a taxa exigida para financiar a dívida. Esqueçamos que o sistema bancário lucra, e muito, nessa desnecessária intermediação, e vejamos como esse arranjo institucional serve ao propósito de restringir os gastos do Estado”.

“Como a expansão da dívida pública foi transformada no principal indicador de desequilíbrio fiscal, a proibição de que o Banco Central financie diretamente o Tesouro, ao obrigar a emissão de dívida, reforça o coro dos alarmistas: a relação dívida/PIB vai superar o limite mágico, a dívida será impagável e a economia caminhará para o abismo”.

“Falso, tanto do ponto de vista lógico como empírico, mas serve para elevar as taxas cobradas pelo sistema financeiro para financiar a dívida e pode vir, efetivamente, a causar problemas, porque, como veremos à frente, as expectativas, ainda que equivocadas, contam”.

“Ao impedir que o Banco Central financie o Tesouro, sem passar pela intermediação do sistema financeiro e sem emissão de dívida pública, o arranjo institucional vigente reproduz uma restrição histórica”.

Segundo o economista, “enquanto prevaleceu o padrão-ouro, o Estado não podia emitir moeda sem lastro metálico; já a emissão de moeda pelo sistema bancário não tinha qualquer restrição”.

Para Lara Resende, a cautela em relação à tentação de expandir “gastos demagógicos” desaparece “quando se trata de emitir moeda para que o Banco Central salve o sistema financeiro”.

“A moeda, emitida de forma irrestrita pelo sistema bancário durante um período de euforia, contrai-se de forma brusca quando as expectativas se revertem e o otimismo desaparece”, diz citando o que ocorreu nos países avançados que estavam no epicentro da crise de 2008.

“Os bancos centrais foram então chamados a exercer o seu papel institucional de prestador de última instância: emitir moeda... custe o que custar, para salvar o sistema financeiro”.

“Por isso, aceita-se que o Banco Central emita moeda, tomando-se o cuidado de dar a essa emissão extraordinária um nome absurdo para intimidar os leigos. O Quantitative Easing é emissão, pura e simples, de moeda para comprar os ativos que o sistema financeiro não tem mais como carregar, sem realizar prejuízos insuportáveis”.

“Quando o gasto público é para salvar o sistema financeiro, o Banco Central é autorizado a emitir e creditar os recursos diretamente nos bancos, sem aumento da dívida pública, para que não haja questionamento da sociedade. Quando o gasto público tem qualquer outra finalidade, pouco importa se uma assistência emergencial diante de uma catástrofe como a atual, ou se em investimentos na saúde, no saneamento, na educação, na segurança e no meio ambiente, é imperativo que não se emita moeda, mas sim dívida. Assim, a pressão dos arautos da responsabilidade fiscal pode ser exercida em toda a sua plenitude”.

Para o economista, “o crescimento exige investimento produtivo, e o investimento produtivo é diferente do investimento financeiro. É a combinação da falta de investimentos públicos - em saúde, saneamento, educação, segurança e infraestrutura - com o excesso de liquidez no mercado financeiro que leva à estagnação com inflação dos preços de ativos”.

“Ao responder a esta crise da Covid-19 com mais QE, sem investimentos públicos e privados produtivos, arriscamos agravar a dissociação entre preços de ativos financeiros e a economia real”, afirma.

“Esta crise não é apenas um problema clássico de insuficiência de demanda. O fechamento da economia, ainda que venha a ser abrandado, reduz tanto a demanda quanto a oferta. Se a pandemia não for rapidamente superada, a capacidade de produção poderá ser seriamente afetada”, alerta o ex-diretor do Banco Central. “A recuperação exigirá coordenação estatal e grandes investimentos para repor a capacidade de oferta”.

“Com a oferta reduzida, o déficit provocado pelas transferências assistenciais e pelos investimentos, indispensáveis para viabilizar a volta do crescimento, poderá, efetivamente, vir a pressionar as contas externas. A desvalorização do real, que hoje é puramente especulativa, provocada pelo equivocado receio de que o aumento do déficit público gere inflação, pode vir a desancorar as expectativas de forma produtiva”.

Helder Barbalho (PA), Renato Casagrande (ES), Flávio Dino (MA) e Rui Costa (BA) denunciam ataques criminosos de Bolsonaro à democracia e à quarentena frente à pandemia do coronavírus

“Tenho a convicção de que se o Bolsonaro puder, ele fechará as instituições democráticas, ele intervirá nos estados, ele fechará o Congresso e o Supremo. Não creio que ele conseguirá, mas seria ingênuo nós não considerarmos que é isso que ele quer. Efetivamente, esse é o sonho do Bolsonaro, e é o pesadelo no Brasil”, alertou Flávio Dino (PCdoB), governador do Maranhão, no quarto evento do ciclo de debates “Diálogos, Vida e Democracia”, promovido pelo Observatório da Democracia.

Além de Flávio Dino, participaram os governadores Helder Barbalho (MDB), do Pará, Renato Casagrande (PSB), do Espírito Santo, e Rui Costa (PT), da Bahia. Eles foram unânimes na defesa da democracia e do uso da ciência no combate ao coronavírus, no evento realizado sábado (16) sob o tema “Pandemia, crise e Pacto Federativo”.

O debate foi coordenado por Manoel Dias, ex-ministro do Trabalho e presidente da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini do PDT. Participam também do Observatório da Democracia as fundações Cláudio Campos, Lauro Campos (PSOL), João Mangabeira (PSB), Maurício Grabois (PCdoB), da Ordem Social (PROS) e Perseu Abramo (PT).

Durante o debate, os governadores defenderam as medidas de quarentena para conter o avanço da Covid-19 e denunciaram os ataques de Bolsonaro às medidas implementadas pelos governos estaduais frente à pandemia, como o atraso na liberação do auxílio emergencial a estados e municípios, aprovado pelo Senado que até então não foi sancionado pela presidência.

“Tenho muita preocupação quando eu vejo se perder energia com discussões ideológicas com a tentativa de desconstruir a ciência e o conhecimento para alicerçar um discurso que possa, eventualmente, contraditar aqueles que valorizam a vida”, declarou o governador do Pará, Helder Barbalho.

Para Renato Casagrande, governador do Espírito Santo, “o país está à deriva”. Segundo ele, a saída de dois ministros em um mês “mostra como o país está à deriva neste momento, uma ausência completa de coordenação nacional”.

“Além de cuidar dessa crise, nós temos que cuidar dessas atitudes que sofremos diariamente e dessa dúvida que o cidadão brasileiro tem na hora que ouve o governador e ouve o presidente da República”, destacou.

Casagrande defendeu o isolamento social como forma de conter o avanço da epidemia. “A gente pode até abrir muitos leitos de UTI, que salvam vidas, mas não salvam todas. O que salva vidas, mesmo, é o isolamento e o distanciamento, o uso de máscara, a não aglomeração, a prevenção”, disse o governador.

De acordo com Flávio Dino, governador do Maranhão, “a agenda federativa está, hoje, vinculada à agenda democrática”.

“O objetivo do Bolsonaro é quebrar todos os segmentos que resistem à vocação autoritária que lamentavelmente ele encarna. E ele identifica isso nos governadores, de modo pluripartidário, de modo multi-ideológico, indo desde o governador de São Paulo [João Doria, do PSDB] até os governadores que estão reunidos hoje”, disse Flávio Dino.

Para conseguir impedir com que Bolsonaro dê um golpe, “devemos manter o clima de unidade, de entendimento, mais amplo possível. Com quem queira”, completou Dino.

Flávio Dino citou a decisão de Marcelo Freixo (PSOL) ao desistir de sua candidatura à Prefeitura do Rio de Janeiro. “Ele adotou um chamado à unidade política, não apenas ao Rio de Janeiro, mas, penso, que a todo o país”.

Para o governador da Bahia, Rui Costa, “não é fácil enfrentar uma pandemia sem uma coordenação nacional, sem unidade na orientação para a população. Enquanto a OMS e todos os países estão orientando que, enquanto não tiver vacina, se evite o contato social, o presidente, além de falar, tem dado demonstrações explícitas contra isso, indo em

padarias, em praças, cumprimentando pessoas, abraçando e beijando, colocando em dúvida a existência do vírus”.

“Isso é muito grave”, disse o governador. Bolsonaro “passa a ferir, agredir e caluniar, com uma milícia digital, governadores e prefeitos”, denunciou. “Essa semana o presidente não só incentiva, como propõe que os comerciantes e empresários se organizem para enfrentar, coagir e constrianger os governadores. Não é fácil salvar vidas humanas nessas condições”.

Segundo Costa, “o motivo da saída dos dois ministros é que eles não quiseram, médicos que são, aceitar o receituário de alguém que não entende de saúde. Ou seja, eles não aceitaram receber um medicamento, dar determinadas determinações médicas, dadas por quem não é especialista da área”. “Em que país do mundo o presidente da República está obrigando seu ministro da Saúde a defender o uso de um remédio, a passar receita pela televisão? E vexatório isso”, completou. Rui Costa defendeu “o fortalecimento da Federação através da união dos governadores”.

Flávio Dino destacou a necessidade da ajuda financeira para estados e municípios e do auxílio emergencial de R\$ 600 para os trabalhadores informais.

“Bolsonaro tenta destruir os governadores de várias formas, desde ataques constantes até medidas antipatrióticas, a exemplo de retardar a sanção de um projeto de lei que trata não do socorro a governadores e prefeitos, mas do apoio a serviços essenciais mantidos por estados e municípios, que interessa a todos os cidadãos brasileiros”, afirmou.

Dino defendeu o imediato pagamento do auxílio emergencial aos trabalhadores autônomos, “com velocidade, com menos burocracia e com dignidade, e não promovendo essas aglomerações desordenadas por negligência do governo federal”.

Barbalho falou que seu governo está “colocando de forma muito transparente para a sociedade de que a opção é pela vida, mas que não devemos fortalecer essa polêmica, que me parece completamente inadequada, de que vida e economia são coisas antagônicas, de que para poupar a vida precisa acabar com a economia ou para salvar a economia se faz necessário sacrificar a vida”.

“A vida não só temos uma. Na economia, mesmo com todos os percalços que possam acontecer, é possível uma segunda oportunidade”, declarou Barbalho.

Flávio Dino defendeu que a agenda econômica deve ser abraçada pelo campo democrático. “Não pertence ao Bolsonaro. Essa é a artimanha que ele está fazendo conosco, como se nós quiséssemos o caos econômico e o caos social, como se o campo democrático não tivesse o verdadeiro compromisso com os segmentos populares, aqui abrangidos a legião de micro e pequenos empresários que precisam do apoio estatal. O crédito pelo mercado, apenas, não chega às mãos das empresas, nem às das grandes”.

“Devemos priorizar uma agenda econômica emergencial que trate de crédito, investimentos, fundos e bancos públicos”, enfatizou o governador do Maranhão.

Para Dino, “Bolsonaro é aquele que mais empurra a economia a realizar mais gastos, justamente porque ele tenta impedir a adoção de medidas preventivas, notadamente aquelas recomendadas na seara internacional, referentes ao isolamento ou distanciamento social”.

“A alta dependência que o Brasil hoje tem de fornecimento de outros mercados para produtos de tecnologia simples, a exemplo dos próprios respiradores, é uma lição importante e uma temática urgente, garantir o abastecimento pleno de insumos para o mercado brasileiro”, ressaltou Flávio Dino.

PEDRO BIANCO
Veja a matéria na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/governadores-sao-uma-forca-de-contencao-ao-despotismo-de-bolsonaro/>



Em debate, sábado, quarentena, democracia, ciência e a economia Dino: “os governadores são força de contenção ao despotismo de Bolsonaro”

Em debate das fundações partidárias, Helder Barbalho (PA), Renato Casagrande (ES), Flávio Dino (MA) e Rui Costa (BA) denunciaram a sabotagem de Bolsonaro à democracia e à quarentena

“Tenho a convicção de que se o Bolsonaro puder, ele fechará as instituições democráticas, ele intervirá nos estados, ele fechará o Congresso e o Supremo. Não creio que ele conseguirá, mas seria ingênuo nós não considerarmos que é isso que ele quer. Efetivamente, esse é o sonho do Bolsonaro, e é o pesadelo no Brasil”, alertou o governador Flávio Dino (MA), no no quarto evento do ciclo de debates “Diálogos, Vida e Democracia”.

Os governadores Helder Barbalho (MDB), do Pará, Flávio Dino (PCdoB), do Maranhão, Renato Casagrande (PSB), do Espírito Santo, e Rui Costa (PT), da Bahia, defenderam a democracia e o uso da ciência no combate ao coronavírus, no evento realizado sábado (16) pelo Observatório da Democracia, com o tema “Pandemia, crise e Pacto Federativo”. As falas foram mediadas por Manoel Dias, presidente da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, do PDT.

Para Helder Barbalho, o “coronavírus deveria ser o único adversário do Brasil”. “Me causa muita preocupação quando eu vejo se perder energia com discussões ideológicas com a tentativa de desconstruir a ciência e o conhecimento para alicerçar um discurso que possa, eventualmente, contraditar aqueles que valorizam a vida”.

Flávio Dino denunciou a tentativa de Bolsonaro de desorganizar “qualquer força de moderação da sua vocação despótica. Uma das forças de contenção de seus impulsos autoritários é a existência de governadores que defendem a existência da Federação e defesa a Democracia”.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, afirmou que a falta de “uma orientação nacional” atrapalha o combate ao vírus. “A saída do ministro Teich, ontem [sexta-feira, 15], saindo dois ministros em um mês, mostra como o país está à deriva neste momento, uma ausência completa de coordenação nacional”.

Rui Costa complementou, dizendo que Nelson Teich e Luiz Henrique Mandetta “preferiram ficar com a ciência do que ficar com a bravata”.

O debate foi organizado pelo Observatório da Democracia, que é composto pelas fundações partidárias Astrojildo Pereira (Cidadania23), João Mangabeira (PSB), Lauro Campos e Marielle Franco (PSOL), Leonel Brizola – Alberto Pasqualini (PDT), Maurício Grabois (PCdoB), Ordem Social (PROS) e Perseu Abramo (PT). A Fundação Cláudio Campos também participa.

Veja os demais debates programados para maio:

18/05 – Mesa 5 – Coronavírus, isolamento social e Saúde Pública 2

Coordenação: Maria Célia Vasconcellos, secretária de Saúde de Niterói

Debatedores: Glória Teixeira, professora de Epidemiologia do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA; Rosa Maria Marques, professora titular do departamento de Economia da PUC-SP e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e ex-presidente da Associação Brasileira de Economia de Saúde (ABRES); Lígia Bahia, médica sanitária e professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC/UFRJ).

22/05 – Mesa 6 – Congresso, Momento e Opções Políticas

Abertura: Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados

Bloco 1 – 14h30:
Debatedores: Acácio Favacho, líder do PROS; Alessandro Molon, líder do PSB; Arnaldo Jardim, líder do Cidadania23; Carlos Sampaio, líder do PSDB; e Enio Verri, líder do PT;

Bloco 2 – 16h30:
Debatedores: Fernanda Melchionna, líder do PSOL; Joênia Wapichana, deputada da Rede; Perpétua Almeida, líder do PCdoB; Wolney Queiroz, líder do PDT.

25/05 – Mesa 7 – Crise, Comunicação e democracia

Coordenação: Henrique Matthiesen (FLB-AP)

Debatedores: Manuela D’Ávila (PCdoB-RS), ex-deputada federal e presidente do Instituto E Se Fosse Você?; Humberto Costa (PT-PE), senador; Natália Bonavides (PT-RN), deputada federal; Túlio Gadelha (PDT-PE), deputado federal; David Miranda (Psol-RJ), deputado federal; Lidice da Mata (PSB-BA), senadora.

28/05 – Mesa 8 – Jornalismo, Comunicação e Política nas Redes Sociais

Coordenação: Renata Mielle (FMG – Centro de Estudos de Mídia Barão de Itararé)

Debatedores: Glenn Greenwald, jornalista e advogado, um dos fundadores do The Intercept Brasil; Renato Rovai, jornalista e diretor de redação da Revista Fórum; Leonardo Attuch, jornalista e diretor do portal Brasil 247.

PEDRO BIANCO

Leia a o texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Informante vazou operação da PF para Flávio Bolsonaro



Alertado, Flávio Bolsonaro afastou parentes de Queiroz de gabinetes no Rio e em Brasília

Bolsonaro arrasta onze ministros para ato com meia-dúzia de gatos pingados

Em sua cruzada para aumentar o número de infectados pelo coronavírus no Brasil, Jair Bolsonaro promoveu mais uma aglomeração neste domingo em frente ao Palácio do Planalto. Segundo a jornalista Flávia Said, do site Congresso em Foco, já é a 63ª violação ao isolamento social do presidente.

O ato muito fraco fez Bolsonaro baixar um pouco a bola e economizar nas agressões aos outros poderes. Todos usavam máscaras. Os organizadores fingiam que o ato não era a favor do golpe, tentando, sem sucesso, impedir a presença das faixas contra o STF e o Congresso Nacional.

Mesmo com a padronização das faixas mais visíveis, feitas pelo partido “Aliança pelo Brasil” – que ainda não conseguiu as assinaturas necessárias para o seu registro – e a intensa convocação da milícia digital bolsonarista, o presidente insistiu em dizer que era um movimento “espontâneo do povo”.

Um pouco mais distante estavam as faixas golpistas pedindo a volta da ditadura e o fechamento do Congresso e do STF. Mesmo assim, Bolsonaro disse: “É uma manifestação pura da democracia”. “Fico muito honrado com isso. Tenho certeza de que movimentos como esse fortalecem o nosso Brasil acima de tudo”, disse Bolsonaro, ladeado por alguns ministros, em transmissão ao vivo.

No trio que acompanharam o percurso, os organizadores colocaram um boneco inflável com o rosto do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que segurava um símbolo de dinheiro,

Paulo Marinho afirma ter provas contra Flávio e denuncia ameaças de morte

O empresário Paulo Marinho afirmou esta segunda-feira (18) que tem provas sobre o vazamento das investigações da Polícia Federal para Flávio Bolsonaro no caso do esquema de lavagem de dinheiro de seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O desvio do dinheiro público era comandado por Fabrício Queiroz, assessor de Flávio.

Marinho denunciou também que está recebendo ameaças de morte depois que denunciou o vazamento.

“Tenho provas, tenho elementos que comprovam o relato que eu fiz. Já adianto que tudo que eu falei vou repetir durante depoimento à PF, rigorosamente igual”, disse ele. Marinho pediu pessoalmente ao governador do Rio, Wilson Witzel, proteção policial – e disse que já foi atendido.

“Em função de novas circunstâncias surgidas nas últimas horas, solicitei ao governador do RJ proteção policial à minha família e, após criteriosa análise das autoridades envolvidas, fomos atendidos. Seguiremos firmes lutando pela verdade e pelo Brasil. Obrigado”,

vestia uma camisa com o escudo do Botafogo e a logomarca da empresa Odebrecht.

Na última quinta-feira, Bolsonaro recebeu Maia no Palácio do Planalto.

Um acampamento intitulado “Renúncia Maia” foi montado na Esplanada dos Ministérios, com faixas pedindo a saída de Rodrigo Maia.

“Nem uma faixa nem uma bandeira que atente contra a nossa Constituição, contra o estado democrático de direito. Nisso, o movimento está de parabéns”, afirmou Bolsonaro.

Durante a semana, outro acampamento, também de apoiadores de Bolsonaro, estava montado na Esplanada, com o nome de 300 do Brasil. O Ministério Público do Distrito Federal chegou a pedir à Justiça a desmobilização do acampamento do grupo 300 do Brasil por representar perigo para a democracia.

O pedido foi negado para “garantir a sobrevivência da liberdade de pensamento, da liberdade de locomoção e ao direito de reunião”.

A não ser a “militância raiz” bolsonarista, pouca gente, como de costume, aderiu ao chamamento do presidente para mais essa aglomeração midiática.

A novidade do ato é que todos os ministros foram obrigados a mostrar alinhamento automático e tiveram que estar presentes na rampa.

Carreata espontânea. Nem todos obedeceram. Bolsonaro levantou o braço de um por um dos onze ministros presentes, como se tivesse fazendo uma chamada. Estavam presentes os ministros da Secretaria de Governo,

Luiz Eduardo Ramos, das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, da Cidadania, Onyx Lorenzoni, da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, da Secretaria-Geral, Jorge Oliveira, do Ministério da Justiça, André Mendonça, e da Agricultura, Tereza Cristina.

O fanatismo dos bolsonaristas presentes ao ato deste domingo ficou bastante explícito com os gritos de “cloroquina!”, “cloroquina!” e nas faixas pedindo o remédio que é propagandeado pelo presidente.

Estudos científicos indicam que não há evidências da eficácia da cloroquina no tratamento do coronavírus – ao contrário, pode provocar efeitos colaterais capazes de levar à morte do paciente em determinadas circunstâncias, segundo médicos e especialistas.

Depois de provocar a saída do segundo ministro da Saúde em um mês, depois de reter os recursos emergenciais a estados e municípios e seguir desdenhando a gravidade da pandemia, Bolsonaro desrespeitou novamente as autoridades sanitárias.

Ele tirou a máscara para dizer que “o governo federal tem dado todo o apoio para atender as pessoas que contraíram o vírus. Esperamos brevemente ficar livre dessa questão, para o bem de todos nós. O Brasil, tenho certeza, voltará mais forte de tudo isso. O que mais queremos é resgatar os valores que formam a nossa nacionalidade: respeitar a família, ter uma boa política externa...”, disse ele em vídeo divulgado em seu Facebook.

escreveu Marinho em sua conta no Twitter.

Em entrevista à Folha de S. Paulo do fim de semana, Marinho informou que um delegado da PF informou a Flávio que a PF faria uma operação em que havia provas de movimentação financeira suspeita de seu assessor. Em novembro de 2017 foi deflagrada a Operação Cadeia Velha para investigar propinas de deputados estaduais.

Esta Operação foi chefiada por ninguém menos do que Alexandre Ramagem, atual chefe da espionagem de Bolsonaro. Em janeiro de 2018 o Coaf descobriu a movimentação financeira suspeita de Fabrício Queiroz. A PF, então, desdobrou a Cadeia Velha em outra operação, chamada Furna da Onça e anexou o relatório do Coaf ao inquérito, além de encaminhá-lo também para o MP/RJ.

Segundo o empresário, o delegado informante orientou o então deputado estadual a exonerar Fabrício Queiroz de seu gabinete antes da deflagração da operação, assim como a exoneração de sua filha, Nathalia Queiroz, funcionária fantasma do gabinete

Revelação do empresário Paulo Marinho, à Folha de S. Paulo, esclarece o motivo da ideia fixa de Bolsonaro em intervir e controlar a Polícia Federal do Rio de Janeiro

A entrevista do empresário Paulo Marinho, ex-aliado de Jair Bolsonaro, à Folha de S. Paulo deste domingo (17), acrescenta muita luz às investigações do STF sobre quais seriam os interesses do presidente em controlar a superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro.

Marinho conta que entre o primeiro e o segundo turno das eleições foi procurado pelo filho do presidente, Flávio Bolsonaro. Que ele, Flávio afirmou que soube com antecedência que a Operação Furna da Onça, que atingiu Queiroz, seria deflagrada. Disse também que soube antes através de um delegado da Polícia Federal que era simpatizante da candidatura de Jair Bolsonaro.

A operação Furna da Onça, que levou dez deputados estaduais para a cadeia, identificou um esquema de lavagem de dinheiro que funcionava dentro da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Um movimentação financeira milionária foi descoberta na conta de Fabrício Queiroz, assessor de Flávio Bolsonaro. Daí em diante foi desbaratado o esquema do gabinete de Flávio que envolvia funcionários fantasmas na Alerj e no gabinete do então deputado federal Jair Bolsonaro, pagamentos informais à futura primeira-dama do país, ligações do gabinete de Flávio com Adriano da Nóbrega, miliciano e assassino profissional morto recentemente numa operação policial na Bahia, e outras falcatruas.

Na entrevista, cujos principais trechos nós publicamos abaixo, é revelado que Flávio foi avisado antes, por agentes da PF, de que a operação seria deflagrada. Que foi orientado a demitir parentes de Fabrício Queiroz e de Adriano da Nóbrega de seu gabinete e do gabinete de seu pai. O próprio Queiroz foi afastado em outubro de 2018.

A filha de Fabrício Queiroz, Nathalia Queiroz, era lotada no gabinete de Jair Bolsonaro na Câmara Federal, sem morar em Brasília. O delegado instruiu Flávio que orientasse Queiroz a procurar um advogado para se defender. Tudo isso mostra porque Bolsonaro tem ideia fixa de interferir na Polícia Federal do Rio. Para isso ele não vacilou nem em demitir o diretor-geral do órgão, Maurício Valeixo, e o ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Segue o trecho da entrevista que revela o alerta a Flávio sobre a Operação Furna da Onça

Por que o senhor acha que há tanto interesse de Bolsonaro na Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro?

Eu não sei responder exatamente. Mas eu me lembro de um episódio que aconteceu antes de ele [Bolsonaro] assumir o governo que talvez ilustre um pouco melhor essa questão.

Eu vou te contar uma história que nunca revelei antes porque não tinha razão para falar disso. Eu tenho até datas anotadas e vou ser bem preciso no relato que vou fazer, porque talvez ele explique a sua pergunta.

Quando terminou o segundo turno da eleição [em 28 de outubro], o capitão Bolsonaro fez a primeira reunião de seu futuro ministério em minha casa [no Rio]. Estavam o vice-presidente Hamilton Mourão, o Onyx Lorenzoni [futuro ministro da Casa Civil], o Paulo Guedes [Economia], o Bebianno e o coronel [Miguel Angelo] Braga [Grillo], para discutir o desenho dos ministérios do futuro governo. Ela começou às 9h e terminou às 17h. Foi o último dia que vi o capitão Bolsonaro.

Nunca mais estive com ele. No dia 12 de dezembro, uma quarta-feira, me liga o senador Flávio Bolsonaro [filho do presidente] me dizendo que queria falar comigo, por sugestão do pai.

A Operação Furna da Onça [que investigava desvio de recursos públicos da Assembleia Legislativa do Rio] já tinha sido detonada e trazido à tona o episódio do [Fabrício] Queiroz [que tinha trabalhado no gabinete de Flávio na Assembleia e é acusado de integrar o esquema]. Flávio estava sendo bombardeado pela mídia. O Queiroz estava sumido.

Ele me disse: ‘Gostaria que você me indicasse um advogado criminalista’. E combinamos de ele vir à minha casa às 8h do dia seguinte, uma quinta-feira, 13 de dezembro. Passei a mão no telefone e liguei para o advogado Antônio Pitombo, de São Paulo, indicado por mim para defender o capitão no processo da [deputada] Maria do Rosário no STF [Supremo Tribunal Federal].

E ele me indicou um advogado de confiança, Cristiano Fragozo, aqui do Rio.

No dia seguinte, quinta-feira, 13, às 8h30, chegam na minha casa Flávio Bolsonaro e o advogado Victor Alves, que trabalha até hoje no gabinete de Flávio, é advogado de confiança dele. Estávamos eu,

Christiano Fragozo, Victor e Flávio Bolsonaro. Flávio começa a nos relatar o episódio Queiroz. Ele estava absolutamente transtornado.

E esse advogado, Victor, dizendo ao advogado Cristiano que tinha conversado com o Queiroz na véspera e que o Queiroz tinha dado a ele acesso às contas bancárias para ele checar as acusações que pesavam contra o Queiroz.

E o que ele disse que as contas mostravam? O Victor estava absolutamente impressionado com a loucura do Queiroz, que tinha feito uma movimentação bancária de valores absolutamente incompatíveis com tudo o que ele poderia imaginar.

Já o Flávio estava ali lamentando a quebra de confiança do Queiroz em relação a ele. Dizia que tudo aquilo tinha sido uma grande traição, que se sentia muito decepcionado e preocupado com o que esse episódio poderia causar ao governo do pai.

Ele chegou até a ficar emocionado, a lacrimejar.

E Flávio então nos conta a seguinte história: uma semana depois do primeiro turno, o ex-coronel [Miguel] Braga, atual chefe de gabinete dele no Senado, tinha recebido o telefonema de um delegado da Polícia Federal do Rio de Janeiro, dizendo que tinha um assunto do interesse dele, Flávio, e que ele gostaria de falar com o senador.

O Braga disse: ‘Ele está muito ocupado e não costuma atender quem não conhece’.

Estou te contando a narrativa do Flávio e do advogado Victor para nós, Paulo Marinho e Cristiano, do outro lado da mesa. O senador contou que disse ao coronel Braga que se encontrasse com essa pessoa [o delegado] para saber do que se tratava. Estava curioso.

E aí marcaram um encontro com esse delegado na porta da Superintendência da Polícia Federal, na praça Mauá, no Rio de Janeiro.

É quem teria ido a esse encontro?

O coronel Braga, o advogado Victor e, sempre segundo o que eles me contaram, a Val [Meliga], de confiança do Flávio e irmã de dois milicianos que foram presos [na Operação Quatro Elementos].

Eles foram para a porta da Polícia Federal. O delegado tinha dito [ao coronel Braga]: ‘Você vai ver. Quando chegarem, me liga que eu vou sair de dentro do prédio da Polícia Federal’.

O delegado saiu de dentro da superintendência. Na calçada — eu estou contando o que eles me relataram —, o delegado falou: ‘Vai ser deflagrada a Operação Furna da Onça, que vai atingir em cheio a Assembleia Legislativa do Rio. E essa operação vai alcançar algumas pessoas do gabinete do Flávio [o filho do presidente era deputado estadual na época]. Uma delas é o Queiroz e a outra é a filha do Queiroz [Nathalia], que trabalha no gabinete do Jair Bolsonaro [que ainda era deputado federal] em Brasília’.

O delegado então disse, segundo eles: ‘Eu sugiro que vocês tomem providências. Eu sou eleitor, adepto, simpatizante da campanha [de Jair Bolsonaro], e nós vamos seguir essa operação para não detoná-la agora, durante o segundo turno, porque isso pode atrapalhar o resultado da eleição [presidencial]’.

Foram embora, agradeceram. Estou contando o que [Flávio Bolsonaro] me falou.

E o que aconteceu depois?

Ele [Flávio] comunicou ao pai [Jair Bolsonaro] o episódio e o pai pediu que demitisse o Queiroz naquele mesmo dia e a filha do Queiroz também. E assim foi feito.

[Fabrício Queiroz foi exonerado no dia 15 de outubro de 2018 do cargo de assessor parlamentar 3 que exercia no gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa. A filha dele, Nathalia Melo de Queiroz, foi exonerada no mesmo dia 15 do cargo em comissão de secretário parlamentar no gabinete do então deputado federal Jair Bolsonaro].

Vida que segue. O capitão ganha a eleição [no dia 28 de outubro]. Maravilhoso. No dia 8 de novembro é detonada a Operação Furna da Onça, com toda a pompa e circunstância. Começa o episódio Queiroz.

Flávio contou essa história no dia 13 de dezembro de 2018. Como o senhor e o advogado Cristiano Fragozo reagiram?

Eu falei [para Flávio]: ‘Está aqui o advogado Cristiano Fragozo, recomendado pelo Pitombo, que vai te orientar. Até porque você está com a sua consciência tranquila e não tem o que temer. O que houve foi quebra de confiança do Queiroz em relação a você’.

O Cristiano virou-se para o Flávio e disse: ‘Quem precisa de um advogado é o Queiroz’.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br - <https://horadopovo.com.br/flavio-bolsonaro-foi-avisado-antes-sobre-operacao-furna-da-onca/>

“A gente vê a importância do SUS”, diz Rodrigo Maia sobre a Covid-19

“Eu tinha uma visão muito pró-mercado privado de saúde”, disse o presidente da Câmara ao defender a importância do Sistema Único de Saúde brasileiro

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) defendeu o Sistema Único de Saúde (SUS) público, ao participar de seminário virtual, na quinta-feira (14), sobre a retomada da economia no pós-pandemia.

“Eu tinha uma visão muito pró-mercado privado de saúde, mas a gente vê que o SUS [Sistema Único de Saúde] é importante”, disse o deputado.

Maia também defendeu ainda a melhora do sistema e concordou com os debatedores e a relatora da Comissão Externa de Ações de Combate ao Coronavírus, Carmen Zanotto (Cidadania-SC), que disse no evento que agora, mais do que nunca, o SUS precisa ser fortalecido e os investimentos em saúde, preservados e ampliados. “A gente gasta muito, mas a gente vê a vida inteira, ano entra e ano sai, críticas permanentes sobre a qualidade do atendimento na saúde, na educação”, disse Rodrigo Maia.

Rodrigo Maia ainda defendeu o isolamento social como medida de combate ao coronavírus, dizendo que o déficit de testes para covid-19 e a subnotificação reforçam a necessidade de todos ficarem

em casa. Ele citou também a pressão de setores econômicos pela abertura, ressaltando que a defesa da vida deve ser preservada acima de tudo.

“Temos aí o setor privado pressionando muito as empresas pela abertura. Devemos ter capacidade de fazer debate como esses, mas sempre respeitando o mais importante da nossa sociedade que é o respeito e a defesa das nossas vidas. A vida dos brasileiros”.

“Não é possível que a gente estimule o fim do isolamento quando apenas a elite brasileira poderá ficar isolada. Enquanto [isso], os brasileiros mais simples vão para os ônibus, seus trabalhos, em aglomerações e, como a Márcia [Castro, estatística] falou, em comunidades sem nenhuma capacidade de isolamento”, acrescentou.

Na avaliação de Maia a subnotificação, falta de testes para quem está em estados mais graves da covid-19 e também para os casos mais leves, faz com que o Brasil fique ainda mais longe de acabar com o isolamento social. “Infelizmente, estamos longe de termos todas as informações importantes para que possamos pensar numa segunda fase, a fase do fim do isolamento”.



Presidente passeia de jétski enquanto a população morre

Bolsonaro é imune ao sofrimento humano e não tem condições de governar, aponta a Comissão Arns

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, divulgou um manifesto, nesta segunda-feira (18) sobre a situação do Brasil em meio a pandemia do novo coronavírus e apontou que Jair Bolsonaro “perdeu todas as condições de governar”.

“O momento é grave. É hora de dar um basta ao desgoverno”, enfatiza a Comissão Arns.

Segundo a entidade, o que acontece durante a pandemia está em convergência as políticas adotadas por Bolsonaro desde o início do mandato. “Assistimos em 2019 ao desmanche de instituições e estruturas de Estado, em nome de alinhamentos ideológicos e guerras culturais”.

Até última segunda-feira (18), o Brasil registrava 16.792 óbitos em decorrência do coronavírus e ultrapassou o número de 250 mil infectados, se tornando o terceiro país com maior número de contaminados pela doença.

“A partir de fevereiro último, com a chegada da pandemia em nosso território, ao grande desmanche somaram-se ataques à ordem constitucional, à democracia, ao Estado de Direito. Não podem ser banalizados, muito menos, naturalizados”, continuam.

Segundo a nota, Jair Bolsonaro “tem manifestado notória falta de preocupação com os brasileiros, com o risco das aglomerações que estimula, com a volta prematura ao trabalho, com um sistema de saúde que colapsa aos olhos de todos e até com o número de óbitos pela covid-19, que totalizam, hoje, muitos milhares de casos – sobre os quais, aliás, já se permitiu fazer ironias grosseiras e cruéis”.

A Comissão Arns destacou ainda que o sádico comportamento de Bolsonaro se apresenta em diversas frentes. Quando “insufla crises entre os Poderes”, quando “Baixa atos administrativos para inibir investigações envolvendo a sua família”, quando vai em “manifestações pelo fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal”.

Mas também quando “manipula a opinião pública, e até as Forças Armadas, propagando a ideia de um apoio incondicional dos militares como blindagem para os seus

desatinos. Enfim, o presidente deixa de governar para se dedicar à exibição diária de sua triste figura, em pantomimas familiares e ensaios golpistas”.

“Preocupado com o amanhã e sob o peso do luto, o Brasil precisa contar com um governo que coordene esforços para a superação da crise, começando por ouvir a voz que vem das casas, das pessoas que sofrem, em todas as partes. Não há como aceitar um governante que ouve apenas radicais fanáticos, ressentidos e manipuladores, obcecado que está em exercer o poder de forma ilimitada, em regime miliciano-militar que viola as regras democráticas e até mesmo o sentido básico da decência”, salienta a entidade.

“Só resta sublinhar o que já ficou evidente: Jair Bolsonaro perdeu todas as condições para o exercício legítimo da Presidência da República, por sua incapacidade, vocação autoritária e pela ameaça que representa à democracia. Ao semear a intranquilidade, a insegurança, a desinformação e, sobretudo, ao colocar em risco a vida dos brasileiros, seu afastamento do cargo se impõe. A Comissão Arns de Defesa dos Direitos Humanos entende que as forças democráticas devem buscar, com urgência, caminhos para que isso se faça dentro do Estado de Direito e em obediência à Constituição”.

Assinam a carta: José Carlos Dias, presidente da Comissão Arns de Defesa dos Direitos Humanos e ex-ministro da Justiça (governo FHC); Claudia Costin, ex-ministra de Administração e Reforma (governo FHC); José Gregori, ex-ministro da Justiça (governo FHC); Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Fazenda (governo Sarney); ministro da Administração e Reforma do Estado e ministro da Ciência e Tecnologia (governos FHC); Paulo Sérgio Pinheiro, ex-ministro da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (governo FHC); Paulo Vannuchi, ex-ministro de Direitos Humanos (governo Lula), todos fundadores e aqui representantes da Comissão Arns.



Presidente da Câmara defendeu o sistema e a atenção aos mais pobres

Com testes em massa, SP poderá deter a pandemia isolando infectados

Programa visa testagem de 2 milhões de pessoas. “Serão 27 mil testes por milhão de habitantes do estado de SP”, explica João Dória

São Paulo dará nesta semana um passo decisivo no sentido de se obter um controle mais efetivo da pandemia da Covid-19. O governo de São Paulo anunciou na sexta-feira (15) um novo programa de testagem em massa para coronavírus.

Serão 2 milhões de testes rápidos disponibilizados a partir de sábado no Instituto Butantã, segundo informou João Dória, governador do estado, em entrevista coletiva na sexta-feira (15).

Especialistas consideram essencial a testagem ampla da população para viabilizar estratégias mais eficazes de controle da pandemia. Todos os países que tiveram sucesso em conter as ondas da doença o fizeram por meio de estratégias de testagem ampla seguida de rastreamento e isolamento daqueles que tiveram contato com o infectado. A equipe de Nelson Teich, ex-ministro da Saúde, trabalhava junto com estados e municípios, numa estratégia baseada na testagem ampliada. Sua demissão do cargo, entretanto, acabou prejudicando as iniciativas neste sentido.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

A capital de São Paulo inicia o programa também na segunda-feira. O programa custou R\$ 114 milhões em investimentos e os testes começam priorizando as forças de segurança, como Polícia Militar, Polícia Científica, Bombeiros. “Depois o foco são os profissionais de saúde do estado e dos municípios”, disse o governador. Célia Parnes, secretária de Desenvolvimento Social, acrescentou que a primeira fase da testagem vai abranger também 10 instituições públicas de longa permanência para 600 idosos.

O teste identifica em 15 minutos os anticorpos no sangue e com isso será possível mapear a quantidade de pessoas que pegaram o vírus mesmo que sejam assintomáticas, o que permite calcular o quão espalhado está o vírus no estado.

Segundo o governo, com os 1,3 milhão testes RT-PCR e mais 2 milhões de testes rápidos, o estado de São Paulo chegará, nos próximos três meses, a um nível de testagem similar ao que países como Itália e Espanha apresentam. “Serão cerca de 27 mil testes por milhão de habitantes do estado de SP”, explica.



Programa de testes foi iniciado na segunda-feira

O governador João Dória reiterou que a equipe de coordenação de saúde do governo estuda a situação do coronavírus no estado diariamente e, por enquanto, o lockdown está descartado. “O protocolo existe e está pronto, mas não será aplicado nesse momento”, diz.

O secretário de estado da Saúde de São Paulo, José Henrique Germann, avaliou que o desafio maior do poder público será garantir o isolamento das pessoas identificadas como portadoras do vírus. “São muitas pessoas que vivem no mesmo domicílio”, disse, lembrando que o aumento de casos na periferia da capital paulista está ligado à aglomeração dentro das próprias moradias. Comunidades da capital, como a Brasilândia, por exemplo, com alta densidade habitacional e alta incidência da doença, deverá enfrentar o problema do isolamento com apoio decisivo do governo.

Dimas Covas, diretor do Instituto Butantã, explicou as fases do programa. “Na fase 1 serão introduzidos os testes rápidos, começando pela Polícia Militar. Começamos em 20 unidades do município de SP em policiais e suas famílias e o objetivo é em 20 dias fazer 145 mil exames”, explica. “A fase dois enquadrará a ampliação dos testes RT-PCR, considerado o padrão-ouro no diagnóstico da Covid-19, em pacientes graves e depois em pacientes sintomáticos leves”, acrescentou.

“Na segunda-feira (18), os municípios já receberam uma norma técnica para iniciar os testes inclusive em pacientes sintomáticos leves, que até então não estavam sendo atendidos, mas agora tem uma sistemática para serem atendidos”, complementou Covas.

Além de propiciar medidas mais dirigidas de isolamento social, o resultado do teste rápido, que sai em 15 minutos, vai servir também para as

autoridades identificarem em que ponto da curva epidemiológica o estado de São Paulo se encontra, não apenas pelos casos confirmados da doença, mas também pelo número de pessoas que já tiveram contato com o vírus e foram imunizadas.

“O teste vai ser feito de acordo com as estatísticas e estratégias que o Instituto Butantã tem. O que significa isso? Você vai testar uma amostragem da população e, através dessa amostragem, é que você identifica o percentual da população já adquiriu o vírus e, consequentemente, já pode se considerar imunizada”, afirmou o vice-governador Rodrigo Garcia.

“Esperamos zerar a fila, nos próximos dias. Nós vamos abrir o dia 25 sem nenhum teste na fila, com todos os testes que foram realizados já notificados e já informados no sistema do Ministério da Saúde. A partir daí os testes continuam sem nenhum represamento e entraremos com a segunda estratégia dos testes”, afirmou Garcia.

Mesmo com todas as dificuldades criadas por Bolsonaro, o Ministério da Saúde enviou testes aos estados e municípios. A equipe técnica do ministério recomenda que profissionais de saúde e segurança pública, idosos, portadores de condições de risco para complicações da Covid-19 e a população economicamente ativa também sejam progressivamente incluídos na rotina de testagem.

O Ministério da Saúde já distribuiu 2 milhões de testes rápidos e mais 7 milhões serão distribuídos até o fim de maio em todo o país, segundo o órgão. Só em São Paulo, serão necessários 5 milhões de testes, que serão adquiridos pelo governo paulista.

SÉRGIO CRUZ



31 mil testaram positivo para coronavírus

Ministério confirma 199 mil profissionais da saúde com suspeita de Covid-19

Durante uma coletiva de imprensa na quinta-feira (14), o Ministério da Saúde divulgou dados onde mostram que 31 mil profissionais de saúde foram confirmados para o coronavírus. Ainda existem outros 114 mil trabalhadores com investigação para a doença.

Desses, 34% são técnicos e auxiliares de enfermagem, 16% enfermeiros e 13% médicos.

Eduardo Macário, secretário substituto de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, afirmou que os profissionais de saúde que apresentarem sintomas gripais devem ser afastados do trabalho.

“Esse profissional tem que ser afastado preventivamente e tem que ser feito o teste justamente para se identificar se ele está infectado com o coronavírus ou não. Nesse processo, identificamos 199 mil profissionais que foram notificados dentro do sistema. Podem ter um pouco mais, mas esse é o número real que nós temos”, afirmou Macário durante a coletiva.

Do total dos casos sob suspeita, 31.790 (15,9%) já foram confirmados com Covid-19. No entanto, a pasta não forneceu detalhes sobre as profissões dos infectados. O Ministério acrescentou, ainda, que 114.301 casos (o equivalente a 57,2%) ainda seguem em investigação.

COFEN

Para Walkirio Almeida, Coordenador do gabinete de crise do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), que é responsável pelo Observatório da Enfermagem, que acompanha os casos de Covid entre os profissionais Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares em tempo real, diz que o número de casos divulgado pelo ministério pode ser ainda maior, o que faz com que seja necessário maiores cuidados por parte do ministério com a classe no momento.

“A princípio me causaria surpresa se o número divulgado fosse menor que os apresentados no nosso Observatório. Aliás, foi justamente a indisponibilidade de informações sobre os indicadores epidemiológicos relacionados aos profissionais de saúde que nos levou a colocar em prática o Observatório da Enfermagem para acompanhar o impacto da Covid-19 especificamente nos profissionais de enfermagem desde o dia 20 de março. O Ministério da Saúde recebe as informações dos casos notificados suspeitos e confirmados de todas as unidades de atendimento do Brasil, portanto um volume de dados maior que o nosso”, analisou Walkirio em entrevista à Hora do Povo.

“Mas ressaltamos que ainda que o número de infectados divulgados pelo Ministério seja maior, o que aumenta muito mais nossa preocupação e a necessidade das autoridades governamentais se empenhem de fato e coloquem em prática medidas para proteger os profissionais da saúde”, disse.

Walkirio destaca que “o número de óbitos de profissionais de enfermagem é muito próximo da realidade, pois checamos todos os comunicados que recebemos. Ressalto que não criamos o Observatório como forma de rivalizar com Ministério da Saúde, mas como forma de termos uma amostragem do que estava acontecendo com a enfermagem”.

MPF aponta improbidade de Sérgio Camargo em post de ‘repúdio’ a Zumbi dos Palmares

Ataques à memória de Zumbi dos Palmares feitas por Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares, constituem improbidade administrativa, apontou o Ministério Público Federal (MPF) em representação enviada à Procuradoria da República do Distrito Federal.

As publicações feitas pelo indicado de Bolsonaro atentam “contra o princípio central da administração pública, que é a legalidade, e é moralmente abjeto”.

No 13 de maio, dia da libertação dos escravos, Sérgio Camargo publicou textos no site da Fundação Palmares com a sua versão distorcida da história. Em um deles, diz que Zumbi dos Palmares é “herói da esquerda racista”; não do povo brasileiro. Repudiamos Zumbi!”. Segundo o MPF, “a Fundação Palmares já nasce vocacionada à promoção dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”.

“Negar ao povo negro a sua história e seus heróis, como é o caso de Zumbi, é atentar contra a instituição que Sergio Camargo preside”, continua.

“A ação de improbidade contra os atos cometidos por Sergio Camargo busca tornar evidente que não há espaço, no Estado brasileiro, para fíerles com regimes que fizeram da superioridade racial política de governo”, completa.

Camargo também publicou textos de outros autores, mas que também negam a história de Zumbi. Ele foi indicado por Bolsonaro para presidir a Fundação Palmares justamente por falar que o racismo não existe no Brasil. “Racismo real existe nos Estados Unidos. A negrada daqui reclama porque é imbecil e desinformada pela esquerda”, já disse o bolsonarista.

Manifestantes impedem realização de ato de golpistas em Porto Alegre

Um grupo de manifestantes antifascistas, impulsionado pela torcida antifascista do Internacional, se colocou no domingo (17), em frente o Comando Militar do Sul, em Porto Alegre, em enfrentamento aos apoiadores de Bolsonaro contrários à democracia e que pedem o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF).

“A rua é do povo”, entoavam os manifestantes no protesto.

Como marco da manifestação, o grupo entoou a frase “recua, fascista, recua! É o poder popular que está na rua!”, ao mesmo tempo em que chamavam os bolsonaristas de “fascistas de merda”. Manifestantes também imitaram o mugido de bois, chamando os bolsonaristas de “gado” e mandando que eles colocassem a máscara.

A torcida Inter Antifascista impulsionou a movimentação em resposta aos reacionários, inspirados no

que realizaram os torcedores do Corinthians na Av. Paulista, em São Paulo no domingo passado (10), que chegaram a impedir um ato bolsonarista pró-ditadura que ocorreria no mesmo local.

“O fascismo não vai vencer no Brasil!”, gritavam. “Não tinha aula de História na escola particular?”, perguntaram os manifestantes aos bolsonaristas. De acordo com um dos participantes, foi o segundo domingo que o grupo foi ao local para impedir atos golpistas.

2ª parcela de auxílio começa a ser paga após 21 dias de atraso



Pagamento começou com saques para beneficiários do Bolsa Família

Data inicialmente prevista era 27 de abril. Pagamento inicia dia 18 e vai até 13/06

A caixa Econômica começou a pagar nesta segunda-feira (18) a segunda parcela do auxílio emergencial. O pagamento começa com pelo menos 21 dias de atraso, após milhões de pessoas enfrentarem dificuldades de todos os tipos para conseguirem concluir os seus cadastros ou se aglomerarem aos milhares em filas nas agências por todo o país.

Além dos empecilhos criados para dificultar o acesso ao dinheiro, as falhas no aplicativo da Caixa, e a demora em fazer com que o dinheiro chegasse ao bolso do trabalhador – para quem já conseguiu obter a primeira parcela – ainda há milhões de pessoas que não conseguiram receber o auxílio.

Até esta segunda-feira, pelo menos 8,3 milhões estão aptos a receber e ainda não tiveram o valor liberado, além de outros tantos que não conseguiram completar o cadastro ou que foram excluídos do programa. Essa é que está sendo a política de ajuda “emergencial” do governo Bolsonaro: deixar milhões no desespero, sem condições de alimentar suas famílias, tendo que correr às ruas para obter algum sustento, e assim colocar em prática sua sabotagem à quarentena e à saúde da população.

A segunda parcela também não será imediata, nem urgente, para todos

aqueles que precisam. O pagamento iniciado hoje é apenas para os beneficiários do Bolsa Família, seguindo a ordem de pagamento pelo último número do NIS (Número de Identificação Social). Hoje recebem os que têm terminação 1, e os últimos, com terminação 0, só poderão receber no dia 29 de maio.

Para os inscritos no Cadastro Único e os inscritos no aplicativo da Caixa, que representam 62% das 50,4 milhões de pessoas que receberam a primeira parcela do dinheiro, só será creditado a partir do dia 20, respeitando-se a data de nascimento. Quer dizer, pessoas que nasceram entre novembro e dezembro, só terão o benefício creditado no dia 26 de maio. Ou seja, 29 dias após a previsão inicial do governo. Isso para quem puder transferir o dinheiro ou optar por pagar contas por meio da Poupança Social Digital.

Quem não tiver outra opção e apenas puder sacar só terá o dinheiro liberado a partir do dia 30 de maio, com as datas se estendendo até 13 de junho, de acordo com a data de nascimento.

O calendário divulgado atende só aqueles que receberam a primeira parcela até o dia 30 de abril. Uma pessoa que recebeu a primeira parcela a partir de 1º de maio, por exemplo, ainda não sabe quando receberá a segunda parcela.



Coronavírus escancarou a desigualdade entre os ricos e pobres

ROZINA DE JESUS*

Há dois meses a cidade de São Paulo adotou medidas de isolamento social para conter a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. As escolas e o comércio permanecem de portas fechadas e apenas serviços essenciais estão funcionando plenamente. Tudo isso para enfrentar um inimigo invisível, mas muito poderoso que atinge a todos, sem distinção.

Desde então, muito já se disse sobre o novo coronavírus e as mudanças de comportamento, de hábitos de consumo e de relações sociais e com meio ambiente que podem surgir a partir desse momento. Do futuro não sabemos muita coisa. A única coisa que é certa e muito presente é que esta pandemia escancarou a desigualdade e injustiça social que existem em nossa cidade e o quanto a população que vive na periferia está desassistida.

Pois se é fato que o vírus não escolhe quem encontra pelo caminho e está em todas as regiões da cidade, também é certo que as pessoas infectadas por ele correm mais risco de morte se forem moradores de bairros pobres, tiveram dificuldade de acesso ao sistema de saúde e condições de vida precária, pois além da idade e de doenças preexistentes, o maior fator de risco para a Covid-19 é a falta de condições dignas de vida.

Tanto é assim que a Brasilândia, bairro da periferia da Zona Norte, tem o maior número de mortes por Covid-19 em toda a capital. Já nos bairros mais ricos, onde surgiram os primeiros casos da doença, o número de óbitos é muito menor.

A ciência e a experiência vivida em outros lugares têm mostrado que as medidas de isolamento social, associadas aos hábitos de higiene são as mais eficazes para combater a doença. A lição aprendida por outros países também mostrou que o Governo deve dar todo o suporte para que as pessoas cumpram essas medidas e possam ficar em casa.

Mas o que tem acontecido em nosso país? O Governo Federal anunciou, depois de muita pressão, uma renda básica de R\$ 600 (no começo ele queria pagar apenas R\$ 200). Para receber a renda, as pessoas têm que ter acesso à internet e cumprir uma série de exigências burocráticas. Resultado: filas imensas nos bancos, muita gente que até hoje não conseguiu receber o auxílio emergencial e um luto cada vez maior entre as famílias que moram nas quebradas, pois pra ganhar o pão de cada dia nas ruas estão sendo obrigadas a se expor cada vez mais à doença.

As medidas de isolamento são necessárias, mas só funcionam se os governos, principalmente o Governo Federal, cumprirem seu papel e ajudar a população. O auxílio emergencial e o apoio aos pequenos empreendedores e aos trabalhadores informais é um dever do governo, não é um favor. Afinal, todos têm o direito de ficar em casa para proteger a própria vida e o principal papel de um governante deve ser proteger e melhorar a vida das pessoas.

*Rozina de Jesus é liderança do Movimento de Mulheres e do Movimento Negro na cidade de São Paulo. É assessora parlamentar e presidente da seção da Zona Norte do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Rio: sem contratar, prefeitura transfere médicos e prejudica atendimento, diz sindicato

A prefeitura do Rio de Janeiro transferiu médicos de diversas especialidades que atuavam em hospitais como o Souza Aguiar, Lourenço Jorge e Salgado Filho para o Hospital de Campanha do Riocentro, na zona Oeste da capital.

A medida, para reforçar o atendimento de pacientes do Covid-19, vem colocando em risco a vida de muitos cariocas que precisam de atendimento.

Entre os médicos transferidos estão infectologistas, clínicos gerais, anestesistas, neurologistas, ortopedistas, otorrinolaringologistas e até pediatras.

O Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro denuncia que as transferências vão prejudicar pacientes com outras doenças que dependem desses médicos.

“Essa decisão escancarou o déficit histórico de médicos que existe na rede municipal. O cobertor é curto. Pessoas com outras morbidades vão ser afetadas por essa opção da prefeitura. Apesar da pandemia da

Covid-19, as pessoas continuam quebrando braço, perna. Por isso, não podemos tirar os ortopedistas dos hospitais. As pessoas também vão continuar enfartando. Por isso também precisamos de cirurgiões vasculares nessas unidades”, disse Alexandre Telles, presidente do sindicato.

Segundo a entidade, essas transferências ainda foram feitas de maneira compulsória e sem que os profissionais fossem consultados previamente.

Conforme a resolução, publicada no Diário Oficial do dia 4 de maio, esses profissionais concursados terão que cumprir metade da carga horária de 24 horas semanais na unidade de campanha.

A Secretaria de Saúde informou que abriu vagas para 500 médicos atuarem no Hospital de Campanha do Riocentro, mas que até a semana passada, apenas 126 tinham se apresentado e que a contratação de novos profissionais prossegue.



Entidades debatem luta pela libertação em ato de homenagem ao 13 de Maio

Em comemoração ao 13 de Maio, dia em que foi abolida a escravidão no Brasil, há 132 anos, o Congresso Nacional Afro Brasileiro (CNAB) realizou uma série de palestras, online, “Contra o racismo, em defesa da vida e da democracia”, em memória aos heróis do povo brasileiro que lutaram por liberdade.

A atividade contou com a presença de professores, militantes do movimento social e representantes de organizações de classe como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O presidente do CNAB, Alfredo de Oliveira Neto, lembrou que “a oficialização da abolição não caiu do céu, foi uma luta árdua, longa e cheia de idas e vindas, sendo o Brasil o último país das Américas a abolir a escravidão. Isso demonstra como essa luta teve suas complicações. As leis que surgiram a partir de 1831, que tentavam proibir a entrada de novos escravos, foram sempre desrespeitadas, como denunciavam os abolicionistas, sendo a maior parte delas uma encenação. Foi proibido o tráfico de escravos, mas não a propriedade de escravos contrabandeados.”

“A lei dos sexagenários previa a liberdade para os escravos que completassem 62 anos, isto é, para os mortos. A lei do ventre livre concedia liberdade à criança, mas não ao pai e a mãe. Onde viveria esta criança livre senão na senzala com os escravos? Era esse o tamanho da luta que reuniu amplos setores no Brasil para a extinção da escravidão. O 13 de Maio não foi caridade, não foi concessão. É uma data fruto da nossa luta, como dizia o saudoso professor Eduardo de Oliveira”, completou Alfredo.

O diretor de juventude do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Rodrigo de Moraes, também promoveu em suas redes sociais um debate sobre a importância do 13 de Maio e lembrou que a luta por libertação do povo negro “foi um grande divisor de águas na luta social brasileira. Luta essa que durou décadas, com muita luta, pressão social, muita luta política que culminou na assinatura da Lei Aurea. E claro que a luta por libertação da população negra

dura até os dias de hoje e talvez seja a mais importante atualmente por ser um país majoritariamente negro, um país negro. Construído com suor e sangue dos negros.”

Carlos Lopes, diretor de redação do HP também participou do debate, e afirmou que para enfrentar os atuais impasses da conjuntura brasileira, e combater a ameaça fascista que paira sob o país com Bolsonaro na presidência, é necessária uma unidade do povo enquanto nação.

“O problema em nosso país, não está em lutarmos para que isso seja uma coleção de etnias. Está em lutarmos para que todos sejamos brasileiros e que exista um caráter nacional. Claro que essa luta não começou hoje [...] a possibilidade de nós brasileiros construirmos uma nação justa, desenvolvida, surge com a luta pela abolição da escravidão no país e, por consequência, pela República, uma vez que o império era o representante da escravidão.”

O Dr. Ademir Jose da Silva, presidente da Comissão da Verdade Negra da OAB de Campinas e membro da Executiva Nacional do CNAB, lembrou que o 13 de Maio representa a passagem do negro, considerado coisa, para a condição de sujeito de direito. “Transformou em sujeito de direito aqueles que ainda sob o jugo da cangalha, da escravidão, apesar da lei, que possuía apenas 2 artigos, não deixou aos negros oportunidades. Mas a luta continua e hoje estamos comemorando 132 anos dessa passagem, estamos lutando”, disse.

A professora Dra. Alessandra Ribeiro, historiadora e Doutora em Urbanismo pela PUC/Campinas, lembrou da importância de se resgatar a história de luta do povo negro no Brasil, como forma de dar as condições do povo de construir uma sociedade mais justa.

“Se as nossas crianças negras pudessem conhecer a história de nossos líderes, pudessem conhecer a história de homens como o professor Eduardo de Oliveira, o Hino à negritude e outros símbolos, possivelmente estariam mais preparadas para lutar por igualdade”, defendeu Alessandra.

A Dra. Alessandra disse que em seus estudos quis entender e resgatar a me-

mória povo negro. “Descobri que a maior avenida da cidade de Campinas, a Avenida Francisco Glicério, era em memória a um homem negro. Não aprendi isso na escola. Também não sabia que Carlos Gomes tinha suas raízes negras, afro-indígenas. Informações como esta, mudam a nossa formação e a nossa forma de olhar o mundo.”

“O nosso povo tem uma característica geral, isso não quer dizer que não haja diferenças, mas a característica geral do nosso povo é a miscigenação e isso não é apenas uma questão de cor, é uma questão cultural”, defendeu Carlos Lopes.

“A abolição da escravidão foi uma vitória do povo negro, da luta do povo negro, do povo brasileiro que se manifestou. Não havia outra saída que não abolir a escravidão no Brasil. Conseguimos derrotar os escravagistas, ainda que em condições desiguais. Esse dia é o símbolo da luta de Zumbi, de Dandara, de Ganga Zumba e muitos outros desconhecidos. Agora essa luta está em construir a soberania do nosso país”, disse Ubiraci Dantas de Oliveira, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Também participaram da atividade o Dr. Humberto Adami, membro do Conselho Federal da OAB e Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra, André Bezerra, membro Comitê Central PCdoB e Secretário de Organização PCdoB/SP, Manoel Júlio Vieira (Júlio), secretário de Igualdade Racial PCdoB/SP, Rozina de Jesus, assessora da deputada Leci Brandã, Irapuan Ramos Santos, membro da executiva nacional do CNAB e Presidente CNAB-RJ, Ana Maria Rodrigues, representando a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), José Francisco de Oliveira, filho do Prof. Eduardo de Oliveira e membro da executiva Nacional do CNAB, Flauzino da executiva Nacional da executiva da CGTB, presidente da CGTB-DF, Leny Campelo Pará, entre outros.

RODRIGO PAULO



Bolsonaro veta auxílio emergencial a caminhoneiros, manicures, garçons e a dezenas de outros profissionais

Bolsonaro vetou, nesta sexta-feira, 15, a ampliação do auxílio emergencial de 600 reais para diversas categorias em maior vulnerabilidade durante o período de pandemia do novo coronavírus.

A sanção do projeto com os vetos foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) e assinada pelo presidente e os ministros da Economia, Paulo Guedes, da Cidadania, Onyx Lorenzoni, e da Mulher, Damares Alves.

Bolsonaro retirou da Lei o dispositivo que ampliava o auxílio emergencial para categorias como garçons, motoristas de aplicativos e escolares, caminhoneiros, diaristas, artistas, ambulantes e manicures. Também foram excluídos os trabalhadores rurais como agricultores familiares, pescadores profissionais e artesanais, silvicultores, técnicos agrícolas, entre outros que teriam direito ao auxílio emergencial pelo projeto aprovado pelo poder Legislativo.

Como justificativa, o Planalto alegou que “a proposta de lei feria o princípio da isonomia por privilegiar algumas profissões em razão de outras” e também apontou que o Congresso não especificou qual seria a origem da verba nem o impacto do aumento de despesa nas contas públicas.

“Bolsonaro demorou cerca de 1 mês para sancionar nosso PL que amplia o auxílio emergencial. Não

satisfeito com a demora, trouxe vetos injustificáveis! Negou o benefício de R\$ 600 a pescadores, motoristas de aplicativos, taxistas, e muitos outros. Vamos lutar para derrubar esses vetos!”, disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), em suas redes sociais.

Foi vetada também a possibilidade de pais solteiros e chefes de família receberem o dobro do auxílio. Pelas normas, apenas mães chefes de família conseguem receber os R\$ 1.200 do auxílio emergencial, agora ampliado para mães menores de 18 anos. “Impressionante a maldade que norteia Bolsonaro. Veta quase na totalidade um projeto que beneficia quem tanto precisa, como os trabalhadores da cultura, esporte, pescadores, taxistas, mototaxistas e vários outros. Derrubaremos o veto!”, disse o deputado federal André Figueiredo (PDT-CE).

A deputada federal, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), afirmou que “Bolsonaro zomba do povo brasileiro! Vetou pelo menos 50 categorias que passam fome hoje e poderiam receber a renda emergencial! Excluiu garçons, artistas, motoristas de aplicativo e até pescadores! GOVERNO QUER QUE MORRAM!”

Apesar de já estar em vigor após a sanção, os vetos devem ser analisados pelo Congresso, que pode derrubá-los ou mantê-los.

Com a pandemia, há um massacre nos lares de idosos dos Estados Unidos

“Os idosos nas casas de repouso estão morrendo de forma desproporcional de Covid-19. A pandemia tem revelado a extensão a que seu bem-estar e segurança tem sido sacrificados por um negócio que prioriza o lucro e a influência”, afirma o jornalista Dave Lindorff, no artigo intitulado “A Covid-19 está massacrando os idosos dos Estados Unidos, sujeitos a uma indústria faminta por poder”, publicado pelo portal Russia Today. Seguem os principais trechos

DAVE LINDORFF*

A resposta ao Covid-19 nos Estados Unidos tem sido uma das mais caóticas e ineficazes entre os países desenvolvidos e responde por um terço dos 4,4 milhões de casos de contágio por coronavírus em todo o globo e 28% das mortes. Trump é criticado pela lenta admissão da seriedade da ameaça do coronavírus, esforços adiados e oscilantes em fornecer aos Estados, hospitais e enfermarias ventiladores adequados, máscaras protetoras e kits de testes.

A situação é ainda mais chocante quando se olha para quem são os que estão morrendo.

O que se verifica é que um terço das mortes por Covid-19 ocorreram em pacientes ou cuidadores que trabalhavam nas 7.700 casas de repouso para idosos e deficientes. Do total de 85.000 mortes contabilizadas até o meio dia de 14 de maio, mais de 28.000 foram de idosos norte-americanos.

O massacre é liderado pelos Estados de Minnesota e Virgínia Ocidental com 80% das mortes tendo ocorrido em suas casas de repouso. Depois vem Rhode Island com 72% das mortes pelo Covid-19 em tais instituições. O terror também se espalhou pelos lares de idosos da Pensilvânia, com 66% de todas as mortes pela doença. Delaware segue a triste lista com 61% das mortes entre os instalados nestas instituições.

UMA TRÁGICA EXPERIÊNCIA

Minha sogra, uma ex-superintendente de escolas da cidade de Passaic, Nova Jersey, morreu no dia 26 de abril infectada por Covid-19. Tinha a idade de 93 anos. Ela foi uma dos 21 idosos que morreram pelo coronavírus na mesma casa. Ali 116 dos 150 instalados e cerca de metade dos cuidadores testaram positivo para o vírus. O contágio no lar judaico, sem fins lucrativos, localizado no distrito de Rockleigh, no Estado de Nova Jersey, foi identificado quando a instituição – que tinha uma quantidade limitada de kits – começou a medir as temperaturas dos integrantes das equipes de recepção e atendimento quando estes chegavam para fazer as trocas de turno. Soubemos que duas cuidadoras apresentaram temperaturas elevadas em uma manhã do início de abril. Elas foram testadas para Covid-19 e enviadas de volta para casa.

Um dia depois, destes testes terem resultado positivo, houve uma corrida para saber quais pacientes e trabalhadores haviam estado em contato com elas durante a semana anterior. Não é preciso dizer que, quando os portadores são capazes de passar adiante o vírus durante vários dias antes de apresentarem sintomas, estávamos diante de uma situação similar à de quem corre atrás do cavalo depois dele ter fugido do estábulo. Não foi surpreendente que em uma semana depois dos testes positivos para estas funcionárias, o lar tinha 20 idosos doentes e uma dezena de funcionários testando positivo. O contágio se espalhou como fogo na pradaria, depois disso, incluindo minha sogra, que faleceu algumas semanas depois.

Mesmo diante dessa dramática história, este não é o pior exemplo desta crise entre os idosos, nem em Nova Jersey, nem nos Estados Unidos.

Em um caso, graças a uma denúncia à polícia, se descobriu que uma casa de repouso estava escondendo 17 corpos de idosos vítimas do Covid-19 em um caminhão frigorífico estacionado atrás do prédio. Na casa de idosos militares da reserva de Nova Jersey, no distrito de Paramus, já morreram 74 idosos em uma população de 314. Este número deve crescer, uma vez que 112 testaram positivo para o vírus.

O problema na esfera federal tem sido que, há mais de um mês e meio, quando o surto do vírus mortal estava colhendo vítimas por todo o país, a crescente pandemia foi subestimada pelo presidente Trump e por seu governo.

*Jornalista, dirige o portal ThisCanBeHappening.net. A matéria na íntegra está em: www.horadopovo.com.br

Artistas de todo o mundo repudiam bloqueio à Faixa de Gaza em plena pandemia

Em carta aberta, centenas de artistas de todo o mundo pediram o fim do bloqueio imposto por Israel à Faixa de Gaza, afirmando que os efeitos do coronavírus nesta terra palestina podem ser “devastadores”.

No texto publicado no sábado, 16, e assinado por personalidades como o músico britânico Peter Gabriel, o diretor de cinema Ken Loach, os atores Julie Christie, Steve Coogan e Viggo Mortensen, entre outros, eles escrevem: “Os quase dois milhões de habitantes de Gaza, predominantemente refugiados, enfrentam uma ameaça mortal na maior prisão ao ar livre do mundo”.

Os primeiros casos de coronavírus na Gaza cercada foram relatados em março. Organizações palestinas, israelitas e internacionais, inclusive brasileiras, em defesa dos direitos humanos exigiram repetidas vezes o levantamento do cerco de Israel para que Gaza possa enfrentar sua grave escassez de equipamentos médicos. “Agora, o bloqueio de Israel impede a entrada de medicamentos e material médico, pessoal e ajuda humanitária fundamental. A pressão internacional é

urgentemente necessária para tornar a vida em Gaza viável e digna. O cerco de Israel deve acabar. É, mais urgente, um surto potencialmente devastador deve ser evitado”, exigem.

Os signatários – que incluem ainda o romancista irlandês Colm Tóibín, os artistas plásticos Kevin Beasley e Shepard Fairey, e os co-vededores do Prêmio Turner (oferecido pela galeria de artes plásticas, Tate Gallery) de 2019, Tai Shani e Lawrence Abu Hamdan – continuam:

“O que acontece em Gaza é um teste para a consciência da humanidade. Apoiamos o apelo da Anistia Internacional para que todos os governos do mundo imponham um embargo militar a Israel até que ele cumpra plenamente as suas obrigações perante o direito internacional.”

O músicos Roger Waters e os integrantes da banda Massive Attack, o produtor e realizador James Schamus, a escritora e encenadora portuguesa Patricia Portela, junto com os atores Stephen Rea, Peter Mullan, Liam Cunningham, a roteirista Candace Allen, e o compositor e produtor Brian Eno se somam à carta.

Desastre frente à pandemia derruba aprovação de Trump



Reprovação de Trump aumenta em cinco pontos percentuais e chega a 56%

Economista Jeffrey Sachs denuncia mentiras de Trump contra a China

“Trump é o senador Joseph McCarthy da atualidade, que usa mentiras e insinuações para assustar os americanos até à submissão”, afirmou o economista e colunista da CNN, Jeffrey Sachs, afirmou em que “a grande mentira do governo Trump é que a China é a causa dos problemas da América” e advertiu sobre a escalada em curso de Washington a pretexto da pandemia de Covid-19.

“Trump é o atual senador Joseph McCarthy, que usa mentiras e insinuações para assustar os americanos até à submissão”, sublinhou Sachs, que é professor e diretor do Centro pelo Desenvolvimento Sustentável da Columbia University, de Nova Iorque.

É dele também a afirmação de que a política de Trump ‘America Primeiro’ “nos pôs em primeiro em mortes no mundo, com dezenas de milhares de vidas desperdiçadas como resultado”.

Como Sachs observa, o meme – “A China é a causa dos problemas dos EUA” – tem funcionado por um tempo, já que joga na presunção norte-americana de que “se a China está tendo sucesso, deve estar trapaceando”.

De forma piedosa, ele não faz referência à raiz evidentemente racista de tal “presunção”, que tem base na história norte-americana e, quanto a Trump, em sua trajetória pessoal.

Como parte dessa escalada de mentiras, “Trump e seus aliados de direita” passaram a alegar que a pandemia do Covid-19 foi o “resultado de um vazamento acidental de um laboratório biológico chinês” e que o “encobrimento” da China bloqueou “uma resposta global eficaz”.

Como observou Sachs, as descobertas ainda secretas das agências de inteligência Five Eyes (EUA, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Canadá) “derramam água fria nesta alegação”, assim como “o maior especialista em doenças infecciosas de Trump, Dr. Anthony Fauci”.

Sobre as declarações do secretário de Estado Mike



Necrotérios ambulantes em NY na porta de hospital

Pompeo de “uma quantidade significativa de evidências de que isso [o coronavírus] veio daquele laboratório em Wuhan”, Sachs alertou que poderiam “empurrar o mundo para o conflito, assim como as mentiras do governo Bush sobre armas de destruição em massa no Iraque empurraram os EUA para a guerra em 2003”.

O economista classificou de “temerárias e perigosas” essas acusações do governo Trump e do senador Tom Cotton do Arkansas [que apresentou projeto de sanções contra a China sob pretexto do coronavírus]. Sachs assinalou que o fato de essas alegações do governo Trump estarem sendo derrubadas pelas próprias agências de inteligência e pelas análises científicas independentes, “faz lembrar o fim da era McCarthy”.

MENTOR DE TRUMP

“Trump é o atual senador Joseph McCarthy, que usa mentiras e insinuações para assustar os americanos até à submissão”, afirmou Sachs.

Ele lembrou que o notório advogado de McCarthy, Roy Cohn, “que era um mentiroso patológico, foi advogado e mentor de Trump”.

“McCarthy não conhecia limites para sua mentira, e até mesmo alegou que o exército dos EUA era brando com os comunistas. O Exército expôs as mentiras de McCarthy, e em palavras imortais, o advogado do Exército, Joseph Welch, encerrou a carreira de

McCarthy. “Até este momento, senador, acho que nunca medi sua crueldade ou sua temeridade... O que você fez já basta. Você não tem senso de decência?”

Sachs destacou que as acusações dos trumpistas contra a China “não fazem sentido”. “Primeiro, alguns direitistas dos EUA alegaram que o coronavírus poderia ter sido uma arma biológica chinesa, uma alegação que foi rapidamente derrubada pelos cientistas analisando o vírus. Então eles acusaram que o vírus foi acidentalmente vazado do Instituto de Virologia de Wuhan, com um subsequente encobrimento”.

“ILÓGICO”

Isso também é ilógico, notou o economista. Ele registrou que o vírus “estava em circulação em Wuhan por semanas, e eventualmente matou milhares de chineses”. Na confusão da época, as autoridades de Wuhan “organizaram um grande evento de Ano Novo em 18 de janeiro que espalhou o vírus”.

“Por que as autoridades chinesas fariam isso se soubessem e estivessem encobrindo um vazamento de um laboratório de várias semanas antes?”, questionou. “A resposta real é quase certamente que eles ainda estavam na neblina da guerra contra o novo vírus”, enfatizou.

A matéria na íntegra está em: www.horadopovo.com.br

Médicos e enfermeiras belgas protestam contra os cortes no orçamento de saúde

Médicos de Bruxelas, capital da Bélgica, organizaram um duro protesto contra a primeira ministra, Sophie Wilmes, durante uma visita que ela realizou ao centro assistencial do Hospital Saint Pierre: a receberam de costas.

O país, que passa por um levantamento progressivo das medidas de confinamento, registrou seu mês de abril com mais mortes desde a Segunda Guerra Mundial pela epidemia do novo coronavírus, indica um novo estudo da Universidade Livre de Bruxelas.

“A mortalidade na Bélgica é excepcionalmente alta, alcançando níveis sem precedentes, um total de 14.790 pessoas faleceram no país em abril, 9.080 por conta do Covid-19, e houve 55 mil contágios”, assinala a Universidade.

E, nessa situação, faltam produtos fundamentais para enfrentar o surto.

Quando a autoridade máxima desse país, que é sede da União Europeia, chegou ao local, dezenas de profissionais



Médicos e enfermeiras dão as costas à premiê Sophie

de saúde se postaram nas calçadas laterais da rua de entrada e, assim que a caravana de carros oficiais chegou, ficaram de costas e em silêncio.

O protesto foi o desdobramento de uma longa série de exigências por falta de insumos iniciadas desde que iniciou a pandemia. Os médicos denunciavam falta de luvas, máscaras, respiradores mecânicos, além de material de segurança sanitária, cuja carência provoca o aumento da quantidade de médicos, enfermeiros e pacientes contagiados pelo coronavírus.

Segundo reportagem da agência Russia Today (RT), “os médicos e pessoal de apoio tem se mostrado insatisfeitos com os cortes no orçamento para a saúde e os baixos salários”.

Os pesquisadores apontaram que desde a ocupação nazista da Bélgica na década de 1940, o país europeu não havia visto uma taxa de mortalidade tão alta em um mês de abril, tanto em cifras absolutas como per capita. Os pesquisadores calcularam uma taxa em abril de 2020, 4% inferior à desse mesmo mês de 1941.

Na pesquisa, vantagem de Biden aumenta de dois para oito pontos percentuais. Um outro levantamento, da CNN, registra que 62% não confiam no que Trump diz sobre a Covid-19

Na pesquisa, vantagem de Biden aumenta de dois para oito pontos percentuais. Um outro levantamento, da CNN, registra que 62% não confiam no que Trump diz sobre a Covid-19, mostrando ampla percepção acerca da inépcia e obscurantismo de seu governo.

A avalanche de mortos nos EUA por coronavírus, sob a segue minando a avaliação do presidente, como mostrou pesquisa de opinião Reuters/Ipsos que registrou que o desafiante democrata Joe Biden está oito pontos percentuais à frente dele entre os eleitores registrados para votar.

A pesquisa realizada na segunda e terça-feira (12) mostrou que 56% desaprovam o desempenho de Trump como presidente, contra 41% de aprovação.

Essa pesquisa complementa outra, da CNN, sobre o enfrentamento da pandemia, que registrou que 62% não confiam no que Trump diz sobre a Covid-19.

Em relação à pesquisa anterior Reuters/Ipsos, realizada em meados de abril, a reprovação a Trump aumentou em cinco pontos percentuais.

Também em relação à eleição de novembro, a vantagem de Biden sobre Trump aumentou para oito pontos percentuais, sendo antes de dois pontos percentuais.

Assim, 46% dos eleitores registrados disseram que votariam em Biden, contra 38% que continuam preferindo Trump.

Exatamente em relação à resposta de Trump à pandemia que é maior a diferença entre a rejeição e os que a consideram adequada: nada menos 13 pontos percentuais, um recorde desde que as pesquisas incluíram a pergunta, em março.

Considerando que, como afirmou um epidemiologista de Yale, a ação de Trump em relação à pandemia é quase “genocídio por omissão”, o presidente ainda tem muito a desidrar entre os eleitores.

Depois de ter dito e repetido em comícios que a Covid-19 era uma “gripe comum” que passaria “com o calor da primavera”, Trump deixou passar batidas seis preciosas semanas, desde a primeira morte por coronavírus nos EUA, sem tomar qualquer medida de contenção, a não ser quando a pilha de cadáveres em Nova Iorque e o colapso de hospitais e necrotérios derrubou Wall Street no meio de março.

A contragosto, teve de aderir ao “fique em casa”, que buscou sabotar propondo reabrir “até à Páscoa”. Com a curva de contágio descontrolada e na ascendente, recuou, para voltar à carga com o reabre geral de 1º de maio, já em curso.

Quase todos os Estados que já reabriram estão desprestigiando as próprias normas mínimas definidas pela força-tarefa contra a pandemia da Casa Branca, a principal delas, de novos casos em declínio por 14 dias.

Assim, os Estados Unidos se tornaram o recordista mundial em casos confirmados (mais de 1,3 milhão) e o total de mortos já se aproxima de 90 mil; enquanto em nenhum outro país o desastre econômico desencadeado pela imperiosa necessidade de suspender todas as atividades não-essenciais foi tão fundo, o que retratado nos 33 milhões de desempregados em menos de dois meses.

Trump acaba de entrar em choque com o principal infectologista dos EUA, o quase octogenário Anthony Fauci, mundialmente reconhecido pela contribuição ao controle da Aids, por ter, em depoimento ao Senado, advertido que reabrir a economia prematuramente causaria uma segunda onda da pandemia, no outono, fazendo retroceder tudo que houvesse de retorno da economia.

Fauci também advertiu contra a pressão para reabrir as escolas, advertindo que até o início do ano letivo nos EUA, em setembro, não estará disponível uma vacina, e que, embora inicialmente tenha havido a percepção de que as crianças são imunes aos efeitos mais deletérios da Covid-19, surgiram casos de uma estranha síndrome, que está matando crianças, havendo o registro de pelo menos 100 crianças afetadas.

Como seu slogan fake da

campanha de reeleição “Mantenha a América Grande de Novo” esbagaçado pelo coronavírus, Trump adotou agora o “Reabra a América de Novo”, seja o preço – em vidas – que for.

Trump também se meteu a prescrever uma droga antimalária, a hidroxiquina, contra a Covid-19, cujo uso vem sendo desaconselhado pela maioria dos estudos clínicos recém realizados. O presidente provocou ainda uma onda de intoxicações após sugerir pela tevê que injetassem água sanitária ou álcool isopropílico no pulmão do doente para liquidar o vírus, além também de aplicação de “luz forte”.

Trump também se nega a dar o exemplo, usando a máscara facial, apesar do coronavírus já ter infectado assessores dele e do vice Pence, e convocou fanáticos a passarem por cima da quarentena para “libertarem Michigan” e outros Estados e cidades que tentam manter o distanciamento social.

Tirando Nova Iorque – como assinalou o governador Cuomo –, onde o patamar de novos casos ainda é alto mas está em declínio, no resto dos EUA, onde está reabrindo geral, a pandemia está fora de controle.

Conforme Trump, ele não tem culpa de nada, e se o desastre é grande, a culpa é da China e da Organização Mundial da Saúde (OMS), e não da sua inúrcia e crença no terraplanismo biológico.

Segundo a avaliação da agência Reuters, Biden tem estado à frente de Trump nas pesquisas, mas esta semana mostrou uma erosão maior na sustentação do presidente. Ainda assim a pesquisa diz que o público vê Trump “como o candidato mais forte para a criação de empregos”.

A pesquisa Reuters/Ipsos foi realizada online, no país inteiro, com 1.112 adultos norte-americanos, incluindo 973 que se identificaram como eleitores registrados. O intervalo de precisão é de quatro pontos percentuais.

Uma outra pesquisa, também divulgada na terça-feira, da SSRS/CNN, mostrou uma vantagem menor para Biden, de cinco pontos percentuais, 51% contra 46% para Trump.

Sobre os dois principais temas da campanha de reeleição, economia e pandemia, a pesquisa coincide em termos gerais com a da Reuters/Ipsos.

Biden é o mais confiável, de acordo com os entrevistados, para lidar com a resposta à pandemia, por 51% a 45%, e, ainda, para cuidar da saúde (54% a 42%).

A pesquisa revelou que a demagogia de Trump sobre a economia ainda tem apelo no público, com 54% o considerando “mais capacitado”, contra 46% para Biden.

Outras cinco perguntas fornecem um roteiro da percepção, entre a população, de quem é Trump. “Que candidato uniria o país e não o dividiria?": 55% responderam Biden, contra 38% para Trump – nada menos de 17 pontos percentuais de diferença.

“Quem se importa mais com gente como você?": 54% para Biden versus 42% para Trump. “Quem é honesto e confiável?": 53% escolheram Biden, e 38% ficaram com Trump.

“Quem é mais capaz de administrar o governo efetivamente?": 52% Biden a 45% Trump.

E, por último mas não menos importante: “em quem se pode confiar em uma crise?": 51% para Biden a 45% Trump.

Uma pergunta possivelmente mostrou que o apelido de “Joe Soloneto” que Trump vem tentando colar em Biden não está pegando: a pergunta “quem tem mais energia?": foi quase empate, 49% a 46%.

Entre os 14% de eleitores registrados que dizem que tem uma impressão negativa tanto de Trump quanto de Biden, o ex-vice-presidente é o claro favorito: 71% disseram que votariam em Biden, e 19%, em Trump.

A pesquisa foi realizada por telefone de 7 a 10 de maio, com uma amostra aleatória de 1112 adultos, que incluiu 1001 eleitores registrados, e com erro de amostragem de mais ou menos 3,7 pontos percentuais.

ANTONIO PIMENTA

Estudos da China e da França não indicam a cloroquina contra o vírus

Mais dois novos estudos, um efetuado na França e outro na China, concluíram pela ineficácia da hidroxiclороquina, uma droga derivada da cloroquina, para combater a pandemia de Covid-19, tanto nos casos graves quanto nos mais leves.

“Tomados em conjunto, esses resultados não apoiam o uso da hidroxiclороquina como tratamento de rotina para pacientes com Covid-19”, afirmou em um comunicado a revista médica britânica BMJ [British Medical Journal], que publicou os dois estudos.

As duas pesquisas reforçam outras realizadas em vários locais do mundo, como EUA e Brasil, que concluíram desfavoravelmente ao uso do medicamento contra o novo coronavírus.

A cloroquina, e seu derivado, a hidroxiclороquina, ficaram sob holofotes após terem sido entusiasticamente abençoadas pelo presidente norte-americano Donald Trump, o que logo em seguida foi papagueado pelo presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro.

Tradicionalmente, a cloroquina tem uso comprovado contra a malária e ainda em doenças autoimunes, como o lúpus.

Tanto nos EUA quanto no Brasil houve demissões por causa da discordância dos médicos com a prescrição de medicamentos de parte de quem nada entende do assunto. Nos EUA, Richard Bright, diretor de vacinas do governo norte-americano, foi demitido após se pronunciar contra o uso do medicamento sem comprovação.

Em março, Trump chegou exaltar, pelo Twitter, a combinação de hidroxiclороquina e azitromicina. “Tomados juntos, [esses medicamentos] têm uma chance real de virar o jogo na história da medicina. A FDA [agência de controle de medicamentos e segurança alimentar dos EUA] moveu montanhas – obrigado! Espero que os DOIS (...) sejam usados IMEDIATAMENTE”.

Na verdade, a FDA só autoriza uso emergencial, em ambiente hospitalar e em ensaios clínicos, e o principal infectologista dos EUA, Anthony Fauci, classificaria de “anedótica e não comprovada em laboratório” o alegado poder de cura da cloroquina.

No Brasil, o ministro da Saúde, Nelson Teich, o segundo titular da pasta em plena pandemia em um mês, se demitiu, após Bolsonaro anunciar que ou está com ele e a cloroquina, ou está fora, quem manda sou eu. Bolsonaro queria mudar protocolo médico do Ministério da Saúde para liberar geral a cloroquina, enquanto Teich havia se manifestado publicamente sobre o risco dos efeitos colaterais da droga.

Embora não tenha sido o motivo central na demissão do ministro anterior, Luis Henrique Mandetta, foi o tempo todo um ponto de atrito. Ultimamente, Trump anda calado sobre o tema, depois que estudo preliminar de uma universidade norte-americana com 368 veteranos do exército constatou que, com a cloroquina, a mortalidade tinha sido maior (28%) do que com o tratamento padrão (11%). A pesquisa foi publicada no New England Journal of Medicine no final de abril.

Em compensação, Trump não se furtou a instruir o público a injetar água sanitária ou álcool isopropílico no pulmão dos doentes. Mas, afinal, o que teria levado duas figuras tão avessas à ciência a pontificarem sobre a cloroquina?

Leia a íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br



Federico Parra/AFP

Maduro: “o fármaco é eficiente contra o vírus” Maduro adere à cloroquina em contraposição à ciência

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou, na quinta-feira, dia 14, sua adesão à recomendação do uso da cloroquina no tratamento à Covid-19. Em mensagem por twitter, chamou o “difosfato de cloroquina” de “fármaco eficiente para o tratamento contra o Covid-19”.

Em abril, Maduro recomendara “ervas naturais e naturismo” para enfrentar a Covid-19. Antes disso, em 25 de março, ele já tinha indicado em sua conta no Twitter uma mistura de ervas para combater o vírus. No texto, ele recomendou um suco contendo capim-santo, gengibre, sabugueiro, pimenta do reino, limão e mel de abelha. A rede social apagou a mensagem momentos após a publicação.

No mesmo dia (14), o presidente da “Assembleia Cons-

tituinte”, Diosdado Cabello, ameaçou a Academia Venezuelana de Ciências Físicas, Matemáticas e Naturais porque esta publicou um estudo que considera inverossímil o número de casos (455) e de mortes (10) oficialmente admitidas pelo governo venezuelano. Para Diosdado, esse estudo seria um “convite para as agências de segurança visitá-los”.

As pesquisas da Universidade Albany (em Nova Iorque, envolvendo 1.438 pacientes) e do Presbyterian Hospital, também nova-iorquino (observando 1.376 pacientes), chegaram a resultados similares: não há eficácia comprovada decorrente do uso da cloroquina e, além disso, seus efeitos colaterais mais perigosos são arritmias e paradas cardíacas.

EUA: Pesquisa contesta eficácia de cloroquina contra a Covid-19



Shannon Stapleton/Reuters

Trabalho da Universidade de Albany, Nova Iorque, envolveu 1.438 pacientes

Macron à empresa Sanofi: “vacina da Covid-19 tem de ser bem público mundial”

O governo francês e a Comissão Europeia, o órgão executivo da União Europeia, se somaram ao repúdio à polêmica declaração do presidente da farmacêutica francesa Sanofi, de que os EUA teriam a primazia na vacina contra a Covid-19 que está desenvolvendo, caso seja bem-sucedida, por terem “investido mais”.

“A vacina antiCovid-19 deveria ser um bem público mundial”, enfatizou o primeiro-ministro francês, Édouard Philippe, reproduzindo a declaração do presidente Emmanuel Macron na conferência virtual da Organização Mundial da Saúde, de 24 de abril, que preparou a conferência de doadores para o desenvolvimento de vacinas e tratamentos do coronavírus, que no início de maio levantou 7,4 bilhões de euros.

Por sua vez, a Comissão Europeia se pronunciou prontamente exigindo que o acesso a uma vacina contra o coronavírus seja “equitativo e universal”.

Como o primeiro-ministro francês reiterou, “o acesso igual de todos a uma vacina não é negociável”. Ele revelou ter recebido do presiden-

te do Conselho da Sanofi, Serge Weinberg, “todas as garantias necessárias quanto à distribuição na França e a uma eventual vacina do grupo”. A Sanofi – acrescentou – é “uma grande empresa profundamente francesa”.

A vice-ministra da Economia, Agnes Pannier-Runacher, fora a primeira a repelir o anúncio feito pelo presidente do grupo farmacêutico, o inglês Paul Hudson, à agência de notícias Bloomberg. “É inaceitável que exista acesso privilegiado de outro país sob um pretexto financeiro”.

O projeto de vacina da Sanofi está sendo tocado em parceria com a farmacêutica inglesa GlaxoSmithKline, com a expectativa de produção de 600 milhões de doses anuais, com a perspectiva de duplicar. O plano é começar os testes em humanos no segundo semestre deste ano, com o objetivo de ter a vacina disponível em torno da segunda metade de 2021.

A Sanofi recebeu de um órgão de fomento de pesquisas do governo norte-americano US\$ 30 milhões para o projeto da vacina, e US\$ 226

milhões para ampliar a capacidade de produção de vacina contra a gripe.

Hudson explicou suas polêmicas declarações como um chamado a que a Europa entre na corrida com os EUA e a China por uma vacina contra o coronavírus, irrigando generosamente os cartéis farmacêuticos, ou “ficará para trás”.

A OMS vem buscando unificar os esforços multilaterais para obtenção de uma vacina que seja acessível igualmente a todos os países – esforço do qual os EUA estão de fora.

Na quinta-feira, tomou posse em Washington o “novo czar das vacinas”, Moncef Slaoui, por coincidência ex-executivo do setor de vacinas da GlaxoSmithKline. Ele afirmou que era “crível” mas “difícil” ter uma vacina até o final do ano, mas se comprometeu a tentar. Slaoui comentou que o prazo previsto pelo infectologista Anthony Fauci já era bem puxado. “Francamente, 12-18 meses já é um cronograma muito agressivo”, afirmou, acrescentando não achar que Fauci “esteja errado”.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

China envia equipe para investigar causa da morte do seu embaixador em Israel

O embaixador da China em Israel, Du Wei foi encontrado morto em sua cama e, segundo as primeiras informações, deve ter falecido durante o sono. Seu corpo foi encontrado em sua residência em Tel Aviv no domingo, dia 17, por funcionários da embaixada.

O embaixador tinha 58 anos de idade e deixou esposa e um filho. Ele foi enviado a Israel em fevereiro. A Estrela de David Vermelha (Cruz Vermelha israelense) enviou equipe de pronto-socorro que informou que a causa de morte “parece ser um incidente cardíaco”.

No mesmo dia, o governo chinês informou do falecimento destacando que “Du Wei aparentemente faleceu de causas naturais, mas se faz necessário examinar todos os detalhes”.

Segundo fontes citadas pelo jornal israelense Haaretz, a equipe deve partir da China na segunda, 18 e deve conduzir uma investigação interna e também preparar o corpo para retorno à China onde ocorrerá seu funeral. A equipe chinesa foi liberada dos 14 dias de quarentena que estão sendo exigidos de qualquer estrangeiro que chegue a Israel, segundo adiantou o Ministério do Exterior israelense.

O diretor-geral do Ministério do Exterior, Yuval Rotem, informou que se dirigiu ao embaixador adjunto, Dai Yuming, para expressar suas condolências e declarou que o Ministério está à disposição para ajudar “em qualquer questão que necessitarem”.

Embaixadas de todo o mundo estão entrando em contato com o Ministério do

Exterior de Israel pedindo detalhes acerca das circunstâncias que levaram ao falecimento de Du Wei.

Na sexta-feira, a embaixada da China respondeu ao secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo que, durante sua visita a Israel, na semana passada, repetiu às mentiras de Trump de que a China teria segurado informações, deixando de alertar o mundo sobre o surto de coronavírus, chamando as acusações de “absurdas” e, em comunicado especial, acrescentou que “os cientistas ainda não identificaram a origem do Covid-19” e que a China nunca escondeu o fato de que havia um surto da doença no país e ainda que “os Estados Unidos é que são, agora, o epicentro da pandemia”.

A embaixada também rechacou os “avisos” de Pompeo acerca dos investimentos chineses em Israel e que tais investimentos poderiam significar um risco à segurança de Israel, particularmente na área de infraestrutura, afirmando que “a China é digna de confiança”. Os chineses construíram um impressionante túnel que liga Haifa à Galileia e realizam uma série de obras de modernização no porto de Haifa.

No mês de abril, o embaixador chinês concedeu entrevista ao jornal Makor Rishon contando que chegou a Israel em meados de fevereiro e atendeu à norma de 14 dias de quarentena devido ao surto na China. Em março ele recebeu suas credenciais diplomáticas mas, por cau-

sa da pandemia, ele não se encontrou com o presidente Reuven Rivlin como é a praxe em Israel.

Na entrevista, Du Wei expressou sua esperança de que contribuiria para estreitar os laços entre Israel e a China. “Assumi meu posto em momento extraordinário quando a China estava lutando contra a Covid-19. Imediatamente, depois de minha chegada, entrei nos 14 dias de quarentena em minha nova residência, evitando qualquer contato direto com meus colegas de embaixada. Eu quero enviar uma mensagem aos meus amigos israelenses de que a China é um país responsável, que obedece as leis e valoriza a verdade”.

“COVID-19 É O INIMIGO”

“Há diferentes vozes com relação à luta da China. No início, algumas vozes foram condescendentes e até pareciam se alegrar com nosso sofrimento. Mais tarde, quando a doença se espalhou pelo mundo, essas vozes começaram a exigir que “a China deveria se desculpar”. Isso é busca de bode expiatório. Ao longo da História, isso aconteceu muitas vezes, quando as causas de doenças eram erroneamente imputadas a grupos específicos de pessoas, o que é inaceitável e deve ser condenado. A doença é o inimigo da Humanidade e o mundo deve lutar unido”, acrescentou na ocasião o embaixador.

Também nessa entrevista, Du Wei tratou da questão dos investimentos chineses em infraestrutura e manifestou a esperança de que “a

Estudo da Universidade de Albany concluiu que “o tratamento com hidroxiclороquina, azitromicina ou com ambos, não produziu queda significativa da mortalidade hospitalar”

A taxa de mortalidade entre os pacientes tratados com hidroxiclороquina foi semelhante à observada nos que não tomaram o medicamento, assim como à das pessoas que receberam hidroxiclороquina combinada com o antibiótico azitromicina, diz estudo da Universidade de Albany, Nova Iorque

São as constatações liberadas a partir do denominado “estudo de observação da associação do tratamento com hidroxiclороquina e azitromicina em mortalidade hospitalar em pacientes com Covid-19 no Estado Nova Iorque”, que foi encabeçado pelo Dr. Eli Rosenberg e publicado na revista científica JAMA (iniciais Journal of the American Medical Association) no dia 11 de maio.

O trabalho buscava responder à seguinte questão: “Entre os pacientes com Covid-19, há alguma associação entre o uso da hidroxiclороquina com ou sem azitromicina e a mortalidade em hospitalais?”

O estudo realizado pela equipe da Universidade de Albany, que envolveu 1.438 pacientes selecionados a partir de um levantamento inicial de 2.362 internados em 25 hospitais, um total de 88,2% de todos os pacientes hospitalizados na região no período, concluiu que em nenhum dos casos houve mudanças “estatisticamente significativas” o que quer dizer que “entre pacientes hospitalizados com Covid-19, o tratamento com hidroxiclороquina, azitromicina ou ambos não se associou a mortalidade hospitalar significativamente mais baixa”.

Acrescenta que “tem havido considerações acerca da importância da hidroxiclороquina com ou sem azitromicina como possível terapia em pacientes com Covid-19. No entanto há dados limitados sobre a eficácia” dos medicamentos e, além disso, a cloroquina “está associada a eventos adversos”.

AMOSTRA ALEATÓRIA

O estudo partiu de uma amostra aleatória de pacientes com o vírus, conforme confirmado em exames laboratoriais em pacientes admitidos entre os dias 15 e 28 de março em 25 hospitais nova-iorquinos. Os dados terminaram de ser sistematizados em 24 de abril.

“Foram coligidos resultados de mortalidade, assim como os casos de parada cardíaca e anormalidades encontradas através de cardiogramas, incluindo arritmias”, obtendo uma média do dobro de ocorrências entre os que tomaram a hidroxiclороquina em relação aos que não o fizeram. Também menciona “casos de diarreia e hipoglicemia”, entre os pacientes que foram tratados com a hidroxiclороquina.

A equipe destacou a importância do trabalho ter sido realizado em Nova Iorque devido ao fato de que neste Estado o número de casos e mortes tem sido o maior em todo o país.

DIDIER RAOULT

A equipe esclarece que o interesse pelo estudo foi despertado a partir de conclusões positivas obtidas na França, mas ressalta que as conclusões ali obtidas (que partiram de observações em 30 e depois 80 pacientes) “o foram após curto acompanhamento e amostra muito pequena”, entre outras limitações. (Além da malária, a cloroquina é usada no tratamento de artrite reumatoide e lúpus. O medicamento ganhou projeção mundial como possível solução para o coronavírus após a publicação de um trabalho produzido na França, em meados de março, realizado pelo infectologista Didier Raoult, da Universidade de

Medicina de Marselha).

A equipe de Albany também ressalta que o período de observação agora utilizado foi de duas semanas “para garantir um acompanhamento em tempo suficiente”, além de trabalhar “com um número suficiente de pacientes” e ainda verificar resultados “em amostras em dimensões relativamente balanceadas”.

O documento divulgado destaca que “foram utilizados, para este estudo, 12 enfermeiras e 6 epidemiologistas, sob supervisão médica” e que os dados foram coligidos em formulários padronizados e em forma digital para se chegar aos elementos acerca de 1.438 pacientes divididos em 4 grupos de acordo com as medicações ministradas durante a hospitalização: 1 – hidroxiclороquina e azitromicina; 2 – somente hidroxiclороquina; 3 – somente azitromicina e 4 – nenhuma das duas drogas.

AUSÊNCIA DE BENEFÍCIOS

“A ausência de benefícios observados associados ao uso de hidroxiclороquina, em termos de mortalidade hospitalar, é consistente com dados recentemente divulgados em outros estudos”, diz o trabalho em suas conclusões.

Com base nestes resultados, o reitor da Escola Pública de Saúde na Universidade de Albany, Dr. David Holtgrave, afirma que “as implicações que se movem com rapidez a partir da pandemia do Covid-19 tornam necessário que examinemos tratamentos potenciais para a doença da forma mais rápida, mas da maneira mais cuidadosa possível. Este estudo observacional nos dá uma visão inicial importante acerca de questões chave relacionadas à prescrição de roteiros medicinais com uso de hidroxiclороquina, azitromicina e cloroquina. Infelizmente, não observamos benefícios da droga (hidroxiclороquina com ou sem azitromicina) neste grupo de pacientes hospitalizados seriamente doentes”.

Outra pesquisa sobre o tratamento com hidroxiclороquina, cujo resultado foi publicado na semana passada na revista britânica “The New England Journal of Medicine”, já havia apresentado conclusão semelhante. Da mesma forma, estudo, feito no Presbyterian Hospital, em Nova York e revisado por outros cientistas, não encontrou evidências de que a droga tenha reduzido o risco de entubação ou de morte pela Covid-19.

PRESBYTERIAN HOSPITAL

No estudo do Presbyterian Hospital foram acompanhados 1.376 pacientes que, com e sem o tratamento com a droga, apresentaram o mesmo risco de uma piora do quadro, necessidade de entubação e de morte, de acordo com os pesquisadores.

Apesar destas recentes conclusões de equipes estudiosas, acompanhando em torno de 2.800 pacientes no total, Bolsonaro, voltou a insistir, no dia 13, sobre o uso da medicação: “Não é minha opinião porque não sou médico, mas muitos médicos do Brasil e de outros países entendem que a cloroquina pode e deve ser usada desde o início mesmo sabendo que não há uma comprovação científica de sua eficácia”.

Disse isso e depois do Brasil evoluir para o epicentro mundial, em termos de taxa de contágio, voltou a insistir na falácia da “quarentena vertical”, segundo a qual as pessoas mais novas devem ir para a rua trabalhar enquanto que os mais velhos ou doentes ficam em casa. Ou seja, esperando que aqueles que saíram tragam o vírus portas adentro.

A República e a formação do caráter nacional - (6)

Continuação da edição anterior

Em Montezuma existe algo importante para a formação do nosso caráter nacional, independente de possíveis confusões ou erros – ou acertos. Ainda que já tenhamos abordado sua figura histórica em outros trabalhos, a reação provocada – manifestações de total desconhecimento, às vezes espanto sobre a sua existência no Brasil do século XIX – indica que ele merece, aqui, mais que uma citação de passagem

CARLOS LOPES

O senador Montezuma, visconde de Jequitinhonha (e “com grandeza”), fora um dos heróis da Guerra de Independência, no lugar em que a vitória custou mais sangue: sua terra natal, a Bahia. Foi, também, o revolucionário que estabeleceu a ligação dos baianos, que lutavam no Recôncavo – e, depois, cercaram Salvador –, com o Rio de Janeiro, isto é, com José Bonifácio e Pedro I. Depois da Independência, foi deputado constituinte na bancada liderada pelos Andradas, preso e exilado quando da dissolução da Constituinte por Pedro I.

Como outros patriotas da época, quando os “pés de chumbo” – as tropas portuguesas, chefiadas por Madeira de Melo – tomaram Salvador, expulsando as tropas brasileiras, trocou o nome português (Francisco Gomes Brandão) para Francisco Gê Acaiaaba de Montezuma.

Foi um dos principais políticos, tanto no Primeiro Reinado quanto no Segundo Reinado – e um dos maiores advogados da História do país; até hoje, a sede do Instituto dos Advogados Brasileiros, que ele fundou, chama-se “Casa de Montezuma”.

Entretanto, grande parte – a maior parte – do que se escreveu sobre ele é anedótica, transformando-o numa caricatura (inclusive o artigo que Hélio Vianna, em 1959, publicou sobre ele na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: v. Hélio Vianna, “Francisco Gê Acaiaaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha”, RIHGB, vol. 244, julho-setembro/1959, pp. 103-134).

Outra parte é francamente injusta. Por exemplo, Américo Jacobina Lacombe, em geral um homem e um autor ponderado, escreveu, sobre Montezuma: “O Visconde de Jequitinhonha é um vulto realmente desconcertante: misto de estadista e político; de jurista e de chicanista; de cabotino e de homem de honra” (cf. Américo Jacobina Lacombe, “O Visconde de Jequitinhonha”, Revista Brasileira, ano VI, nº 19, junho/1947, p. 80).

Em seguida, atribui sua trajetória ao “ressentimento”, ao desejo de “vingar-se; vingar-se da inferioridade do seu nascimento, por meio de seu talento, de todos” (cf. art. cit., p. 81).

Essa não é a opinião de quem o conheceu.

Joaquim Manoel de Macedo, o romancista de “A Moreninha” e “As Mulheres de Mantilha”, escreveu, alguns anos após a morte de Montezuma:

“De 1841 em diante ou cético em política, ou descrente de partidos, ou só guiado pelas próprias inspirações ou por sistema de oportunidades de princípios governamentais, ora apoiou a escola liberal, ora a conservadora, e fez oposição ou defendeu à ministérios de todas as cores políticas; mas em todos os casos foi admirável na tribuna do parlamento.”

“Os Anais das câmaras legislativas do Brasil perpetuam seus discursos, alguns dos quais são verdadeiros triunfos de sabedoria e de lógica de ferro; não podem porém levar aos vindouros certos dotes especiais de tribuna parlamentar, que faziam de Montezuma orador pungente, satírico, e por assim dizer caricaturador, e adversário desesperante, algoz de tormentos, que exigiria mais do que taquígrafo, fotógrafo de minuto em minuto.”



“Montezuma, o visconde de Jequitinhonha, em oposição, e à protelar discussões era capaz de falar sobre a mínima questão um dia inteiro.”

(...)
“Montezuma foi orador que precisava ver-se falar na tribuna para se apreciar bastante o seu poder de agressor. (cf. Joaquim Manoel de Macedo, “Anno Biográfico Brasileiro”, Terceiro Volume, Imperial Instituto Artístico, Rio, 1876, pp. 168-169).

Foi, portanto, um homem de notável independência, em época onde o aulicismo era regra. Nem sempre esteve com a razão. Mas, em geral, acertou.

Esta independência, em tempos de imperial adulação, devia parecer estranha a um homem como Macedo, que, como escreveu José Honório Rodrigues, era adepto de “um liberalismo extremamente conservador, uma heresia, praticada pela maioria liberal que defendia a escravidão negra” (cf. José Honório Rodrigues, História da História do Brasil, Volume II, Tomo 1, CEN, 1988, p. 27).

Um dos motivos da abordagem caricatural da figura política e histórica de Montezuma foi, precisamente, a sua independência.

Mas sempre é prudente perguntar: independência em relação a quê?

Joaquim Nabuco, muito depois da morte de Montezuma – que ocorreu em 1870, alguns dias antes do fim da Guerra do Paraguai –, atribuiu a indistinção a que chegaram os dois partidos monárquicos, ao fato de que a grande fronteira política do país não era mais entre conservadores e liberais, mas entre quem era a favor e quem era contra a continuação da escravidão.

Mas, se isso era relativamente fácil de perceber na década de 80 do século XIX, não o era quando Montezuma declarou que “... atualmente não existem partidos; os partidos de outras épocas deixaram de existir, porque os partidos não são indivíduos, são princípios” (cf. Annaes do Senado do Imperio do Brazil, Anno de 1868, Livro 3, p. 37, Sessão de 3 de Julho de 1868).

Mas, qual a questão que tornava cinzentos ambos os partidos da monarquia?

Dias depois da declaração que acima transcrevemos, Pedro II trocou os liberais pelos conservadores no governo, contra a Câmara, provocando ataques quase históricos, na tribuna, de Saldanha Marinho, Cristiano Ottoni, e, claro, Nabuco de Araújo.

Na sessão do Senado em que o novo presidente do Conselho de Ministros – Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí – apresentou o seu programa de governo (no Império havia essa formalidade, nas duas Casas do Parlamento), Montezuma, depois de apontar a inanidade do que fora dito por Itaboraí, considerou:

O SR. VISCONDE DE JEQUITINHONHA: – (...)



Senhores, sobre todas as reformas há uma, acerca da qual eu emprozo o honrado presidente do Conselho para declarar sua opinião, que é a reforma sobre a emancipação dos escravos.

Subitamente, ele foi interrompido:

O SR. PRESIDENTE [visconde de Abaeté]: – V. EX. dá licença que eu o interrompa? O Ministério tem de ir à Câmara do Srs. deputados e aquela câmara se adiu somente até à 1 hora.

O SR. VISCONDE DE JEQUITINHONHA: – Acabo já. Eu emprozo ao nobre presidente do Conselho, como ia dizendo, para que S. Ex. declare formalmente se nas vistas do Ministério entra alguma reforma relativamente à emancipação dos escravos. Há, Sr. presidente, um compromisso público e solene entre o governo do Brasil e o mundo inteiro civilizado a este respeito; é necessário que o Ministério atual manifeste com franqueza o seu pensamento, o Ministério passado foi franco a este respeito: alguma coisa tinha declarado a este respeito (apoiados). Houve trabalhos, como V. Ex. sabe e o país todo conhece, trabalhos relativos a este importantíssimo assunto.

V. Ex. também se recorda do modo como na resposta à fala do trono entendeu o partido da oposição conservadora expressar-se relativamente à emancipação dos escravos; nem lhe pronunciou o nome! Tal é o horror que o Partido Conservador tem a essa reforma, que entendeu do seu dever não lhe pronunciar nem o nome. Ora, subindo ao poder o Partido Conservador, é de absoluta necessidade que pelo chefe do gabinete se declare ao país quais são as intenções do governo relativamente a este objeto.

O SR. VISCONDE DE ITABORAÍ (presidente do Conselho de Ministros): – Sr. presidente, tenho obrigação de apresentar-me na Câmara dos Srs. deputados e por isso retiro-me.

O SR. PRESIDENTE [visconde de Abaeté]: – Darei depois a palavra ao nobre senador pela província de Goiás. Esta discussão não pode continuar; o programa do Ministério pode ser discutido em outra ocasião. Passemos à ordem do dia. (Apoiados.)

Montezuma ficou sem saber o que Itaboraí achava da Abolição da escravidão. Ou, melhor, ele sabia, desde muito.

Essa era a questão incandescente, já naquele momento, em meio à Guerra do Paraguai. Aliás, desde a primeira década do Segundo Reinado. A monarquia de Pedro II serviu, precisamente, para adiar sua solução.

Nenhuma aventura do Império na região do Rio da Prata é capaz, naturalmente, de transformar Solano López em um cavaleiro Bayard, aquele que, segundo a lenda, era um herói sem medo e sem mácula.

Embora seja um problema principalmente da historiografia paraguaia, é evidente que ele nos diz, também, respeito. Se Solano López fosse um santo, é claro que isso repercutiria, após a Guerra do Paraguai, em nosso caráter nacional.

Voltaremos ao assunto. Aqui, para tornar mais claro o que vem a seguir, destacaremos apenas que nenhuma prova apareceu, até agora, de que o Solano real fosse muito diferente daquele Solano López retratado no início do século XX por um futuro presidente do Paraguai, Cecilio Báez, em “La Tiranía en el Paraguay – Sus causas, caracteres y resultados” (Asunción, El País, 1903).

Ou daquele em quem pensou Floriano Peixoto, ao ver o seu corpo, em Cerro-Corá. (Floriano estava entre os comandados do general Câmara, no último combate da Guerra do Paraguai: cf. carta de Floriano ao então tenente-coronel Tibúrcio de Souza, 14 de março de 1870, in Artur Vieira Peixoto, Floriano – memórias e documentos, vol. I, MEC, 1939, pp. 82-84).

Porém, Floriano era brasileiro – e combatente, na guerra.

Cecilio Báez era paraguaio e nasceu em 1862. Tinha oito anos quando terminou a Guerra do Paraguai.

Seu livro é uma coletânea de artigos publicados na imprensa de Assunção contra os idealizadores da figura histórica de Solano; a principal contestação a Cecilio Báez veio do então vice-presidente do país, Manuel Domínguez.

A debilidade da contestação é surpreendente. Báez respondeu a Domínguez. Sem nos ater aos detalhes, uma síntese: “Não louvemos, pois, o que não merece louvor. Os tempos das ditaduras foram tempos de ignorância, de pobreza, de abjeção, de ignomínia e de cretinismo moral” (Báez, op. cit., p. 250).

[NOTA: Geralmente cita-se Juan O’Leary como o grande opositor de Cecilio Báez nessa polêmica; aqui, nos dispensamos de fazê-lo, não porque suas ideias não mereçam atenção, mas porque, para o nosso tema, seria uma perda de tempo e espaço nos ocuparmos com a contestação do redator-chefe de “La Patria”, jornal que pertencia a Enrique Solano López, filho de Francisco Solano López; Enrique e sua mãe, Alicia Elisa Lynch, desde 1875, estavam empenhados em uma campanha pela “devolução” dos bens que teriam pertencido a Solano López pai, no Paraguai.]

Cecilio Báez é demolidor em relação a Solano López, com a citação de uma enxurrada de fatos, e aponta a tentativa de transformá-lo naquilo que não foi, como uma manipulação política antidemocrática.

Solano López somente seria elevado a herói nacional pela ditadura de Rafael Franco, um aberto admirador de Hitler, em 1936.

Mesmo assim, o uso “heroico” da figura de Solano atinge o auge,

dentro do Paraguai, durante os 35 anos da ditadura de Alfredo Stroessner, outro admirador do nazismo: “Foi a partir de 1954, com a ascensão de Alfredo Stroessner ao poder central que o revisionismo histórico alcançou o seu auge. Em nenhum outro momento a exaltação acerca da figura de Solano López foi tão intensa. Nos atos públicos, em nomes de ruas, monumentos, e até mesmo no primeiro longa-metragem realizado no país (“Cerro Corá”), o uso político do passado histórico foi marcante do Paraguai governado por Stroessner” (cf. Fábio Ribeiro de Sousa, “A construção de memória da Guerra do Paraguai (1864-1870) no cinema: Brasil e Paraguai, um estudo comparado”, UFRJ, Rio, 2015, p. 81).

Neste sentido, confundir o heroísmo do povo paraguaio com um suposto heroísmo de quem arrastou o país para uma tragédia, como se a nação fosse uma espécie de seu prolongamento, não nos parece conduzir a lugar algum – para usar uma expressão educada.

Voltemos, então, aos momentos que antecederam o ataque de López ao Brasil – e ao senador Montezuma.

A melhor descrição pessoal de Montezuma é a de Machado de Assis, em seu artigo de 1898 (portanto, depois da Proclamação da República), “O velho senado”, em que relembra seus tempos de jovem repórter político:

“Um dia vi ali aparecer um homem alto, suíças e bigodes brancos e compridos. Era um dos remanescentes da Constituinte, nada menos que Montezuma, que voltava da Europa. Foi-me impossível reconhecer naquela cara barbada a cara rapada que eu conhecia da litografia de Sisson; pessoalmente nunca o vi. Era, muito mais que Olinda, um tipo de velhice robusta. Ao meu espírito de rapaz afigurava-se que ele trazia ainda os rumores e os gestos da assembleia de 1823. Era o mesmo homem; mas foi preciso ouvi-lo agora para sentir toda a veemência dos seus ataques de outrora. Foi preciso ouvir-lhe a ironia de hoje para entender a ironia daquela retificação que ele pôs ao texto de uma pergunta ao Ministro do Império, na célebre sessão permanente de 11 a 12 de novembro: ‘Eu disse que o Sr. Ministro do Império, por estar ao lado de Sua Majestade, melhor conhecerá o ‘espírito da tropa’, e um dos senhores secretários escreveu ‘o espírito de Sua Majestade’, quando não disse tal, porque deste não duvido eu’.

“Agora o que eu mais ouvia dizer dele, além do talento, eram as suas infidelidades, e sobre isto corriam anedotas; mas eu nada tenho com anedotas políticas. Que se não pudesse fiar muito em seus carinhos parlamentares, creio. Uma vez, por exemplo, encheu a alma de Sousa Franco de grandes aleluias. Querendo criticar o Ministro da Fazenda (não me lembra quem era) co-

meçou por afirmar que nunca tivéramos ministros da Fazenda, mas tão-somente ministros do Tesouro. Encarecia com adjetivos: excelentes, ilustrados, conspícuos ministros do Tesouro, mas da Fazenda nenhum. ‘Um houve, Sr. presidente que nos deu alguma coisa do que deve ser um Ministro da Fazenda; foi o nobre senador pelo Pará’. E Sousa Franco sorria alegre, deleitava-se com a exceção, que devia doer ao seu forte rival em finanças, Itaboraí; não passou muito tempo que não perdesse o gosto. De outra vez, Montezuma atacava a Sousa Franco, e este novamente sorria, mas agora a expressão não era alegre, parecia rir de desdém. Montezuma empina o busto, encara-o irritado, e com a voz e o gesto intima-lhe que recolla o riso; e passa a demonstrar as suas críticas, uma por uma, com esta espécie de estribilho: ‘Recolla o riso o nobre senador!’ Tudo isto aceso e torvo. Sousa Franco quis resistir; mas o riso recolheu-se por si mesmo” (cf. Machado de Assis, “O velho senado”, **Obra Completa Volume III**, Aguilar, 1986).

A menção aos “gestos da assembleia de 1823” refere-se à participação de Montezuma na Constituinte que não chegou ao fim – ou, melhor, chegou a um fim prematuro.

Em Montezuma existe algo importante para a formação do nosso caráter nacional, independente de possíveis confusões ou erros – ou acertos (v., para exemplo dos três, o seu “Reflexões Sobre as Finanças do Brasil: operações de crédito do Tesouro e o empréstimo contrahido em Londres de cinco milhões de libras esterlinas no corrente ano”, Laemmert, 1865).

Ainda que já tenhamos abordado sua figura histórica em outros trabalhos, a reação provocada – manifestações de total desconhecimento, às vezes espanto sobre a sua existência no Brasil do século XIX – indica que ele merece, aqui, mais que uma citação de passagem (sobre nossa abordagem anterior, v. **Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil – 10; Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil – 11; e A revolta dos escravos e o fim do Império**).

Começamos por aquilo que falta – não nele, mas em seus retratos memorialísticos, e, neste caso, é uma carência mais do que notável.

Continua no site e na próxima edição